

Banca britânica corta créditos

As negociações de empréstimo de 100 milhões de libras para o Brasil...

Bélgica: poucas emigrantes candidatas às urnas

Em 1976, a Bélgica vai votar em eleições gerais...

O fisco contra Elliot Roosevelt

O fisco português quer saber se o ex-vice-presidente dos Estados Unidos...



Eleições: decretos definem regime de imprensa e voto nas colónias

Os decretos definem o regime de imprensa e o voto nas colónias...

Unidade na diversidade na Assembleia do M. F. A.

Na sessão de 28 de 15, a unidade na diversidade...

Unidade e diversidade... A unidade política...

Unidade e diversidade... A unidade política...

Alotejo: desemprego e sabotagem económica na origem da escassez das terras... Para onde iam os dinheiros da Previdência?

Alteração total na estrutura do poder? Legislação revolucionária. As metamorfoses da Legião Portuguesa ao serviço do Estado Novo.

Equipa militar na RTP até "estabilização da vida pública"

A presença de uma equipa militar na RTP...

Tempo de somno para partidos... O tempo de somno para partidos...

Conselho de Ministros aprova Plano Económico em clima de alívio

O Conselho de Ministros aprova o Plano Económico...



Um momento da recepção...

Um momento da recepção...

OMEGA Speedmaster. o relógio usado nas viagens espaciais.

## Banca britânica corta créditos

AS CIRCUNSTÂNCIAS que rodearam a interrupção do Congresso da C.D.S. e a consequente campanha tecida em seu torno alteraram meios financeiros europeus. Segundo fonte bem informada o mercado financeiro londrino exigiu o pagamento imediato de créditos vencidos desde os acontecimentos do Congresso e não renovação mesmo daqueles que se inscrevem em planos de financiamento a longo prazo.

Verificou-se grande movimentação diplomática à roda dos acontecimentos, tendo inclusivamente sido feitos telefonemas neste sentido para o governo inglês e para Kissinger.

## Bélgica: poucos emigrantes candidatos às urnas

BRIXELAS (Do nosso correspondente) — DOS oito milhares de portugueses a residir na Bélgica apenas se registaram 325 inscrições em ordem às eleições para a Constituinte. Para o magro resultado terá contribuído sobretudo a existência de uma única comissão que funcionava no consulado da Anтверpia, o que evidentemente ficava fora de mão para a maioria dos interessados que vivem sobretudo em Bruxelas.

## O fisco contra Elliot Roosevelt

O FISCO PORTUGUÊS notifica o general Elliot Roosevelt — filho do antigo presidente americano, criador de cavalos, em Odivelas, ex-gerente de uma multinacional e antigo sócio da Terraflor — de que este era devedor de mais de 1000 contos, por não pagamento de impostos.

Entretanto, o general, que há um ano e meio esteve envolvido num escândalo ligado a um atentado contra o Governador das Bahamas, partiu definitivamente para Londres, assim se substituindo à acção do Fisco.



O EMBAIXADOR Carlucci, dos EUA, foi recebido na tarde de ontem por Vasco Gonçalves, depois de encontrá-lo com Costa Gomes dando a notícia de chegada da esquadra da NATO ao Tejo.

## Semana Nacional

### *A saúde dos portugueses preocupa os americanos*

ESTÁ PREVISTA para breve a assinatura de um acordo entre os governos português e norte-americano para a construção, no nosso país, de três unidades hospitalares importando em mais de um milhão de dólares.

O empréstimo dos Estados Unidos para a construção dos hospitais, provavelmente em Lisboa, Porto e sul do país, poderá ser o início de uma muito mais vistosa contribuição para o sector sanitário que poderá ir até 25 milhões de dólares, foi anunciado pelas agências noticiosas internacionais.

Por sua vez, observadores políticos manifestaram apreensão pelo súbito interesse dos Estados Unidos em relação à saúde dos portugueses, considerando-o como uma tentativa de se oporem à "escala da comunista em Portugal" que passaria ainda pelos sectores de transportes e urbanização.

Entretanto, foram anunciadas para o mês de Fevereiro várias visitas de técnicos de saúde americanos a Portugal, em delegações de 75 a 225 pessoas que representam associações médicas e farmacêuticas dos Estados Unidos. Trabalhadores da saúde, nomeadamente dos hospitais psiquiátricos, dos hospitais de Lisboa e do Instituto Nacional de Saúde, além da comissão dos profissionais farmacêuticos, tornaram público um comunicado em que estranham o programa das referidas visitas, o interesse repentino das associações estrangeiras e a "coincidência" de se anunciarem na altura em que a esquadra da NATO manobra em Portugal.

### *I Congresso Nacional de Saúde*

O CONGRESSO NACIONAL de Saúde iniciou os seus trabalhos com uma conferência de imprensa, durante a qual foram anunciadas as linhas de orientação da comissão coordenadora.

O I Congresso Nacional de Saúde desenvolver-se-á até meados de Março e tem como objectivo uma ampla participação de bases, rejeitando desde já as decisões de cúpula. Os seus objectivos são, como foi assinalado no encontro com os jornalistas, esclarecer e mobilizar os cidadãos para os conceitos de saúde individual e global, definir a política de prevenção e promoção activa da saúde e analisar o tipo de serviço sanitário que mais convém às populações.

### *Impasse à volta do jornal "Tempo"*

EM REUNIÃO de trabalhadores do "Diário Popular" com os do jornal "Tempo", realizada antecessormente, nada ficou decidido quanto a possíveis mudanças de posição respeitantes à feitura deste jornal. Elementos da comissão de trabalhadores do "DP" informaram-nos de que, durante a reunião, se generalizou "uma troca de impressões entre os trabalhadores no sentido de se esclarecerem mutuamente, sem todavia se tomarem quaisquer decisões".

A questão foi levantada em plenário de trabalhadores do "DP", que decidiram não imprimir o novo diário nas instalações da empresa, e a reacção do caso só em novo plenário deve ser feita, esclareceram-nos ainda.

Contudo, a opinião dos trabalhadores do "Tempo" presentes na reunião é de que "do esclarecimento havido resultou uma modificação dos termos do problema, que deixaria de ser político para se situar no campo meramente técnico, e ainda assim só no que diz respeito a uma impressão total em "off-set" do jornal nas oficinas do "DP".

Por seu turno, o Instituto Internacional de Imprensa, como sede em Zurique, subscreveu um telegrama ao governo português solicitando medidas que assegurem a publicação do jornal "Tempo", considerando que "existe perigo para a liberdade de informação na recusa dos tipógrafos em imprimir esse jornal".

### *Estudantes de Economia iniciam cursos livres*

CURSOS LIVRES de Economia devem começar a funcionar em dois turnos, de manhã e à noite, por iniciativa dos estudantes do 1.º ano e face "à recusa de o Ministério da Educação e Cultura em assegurar o funcionamento das faculdades".

Do plano dos cursos, com início no dia 13, consta a inserção de matérias como Matemática, Economia, Economia Política, Movimento Operário e a realização de colóquios, documentários com projecções de cinema sobre aspectos diversos das realidades sócio-políticas.

Entretanto, os estudantes de Medicina aprovaram, em reunião geral, uma proposta destinada a estruturar o serviço clínico já aceite pelos candidatos do 1.º ano.

## *Associação de Deficientes quer dignidade para os diminuídos*

UM COMUNICADO da Associação Portuguesa de Deficientes insurge-se contra a classificação de parasitária que lhe teria sido atribuída em sessão da Associação de Deficientes das Forças Armadas realizada no fim de semana, durante a qual foram exortados "os deficientes civis a associarem-se, seguindo o exemplo da ADFA."

Alirma-se no comunicado que a A.P.D. "está constituída desde Abril de 1972, para representar e defender os interesses dos deficientes, para lutar pela sua integração e participação social e pugnar por um planeamento nacional e genuíno da reabilitação."

E refere ainda: "A A.P.D. é já uma associação para todos os deficientes, sem discriminação de idade, sexo, tipo ou origem, congénitos ou não, sinistrados da estrada ou do trabalho, ricos ou pobres, civis ou militares".

No documento, a terminar, assinala-se ainda a necessidade de que "a sociedade assumia inteira responsabilidade de restituir e promover, todos os deficientes, à sua dignidade de cidadãos plenos."

## *Câmara de Lisboa contra ocupação ilegal de casas*

A POSIÇÃO da Câmara Municipal de Lisboa, quanto à ocupação de casas por parte de pessoas que a elas não tenham direitos legais, é a recusa de legalizar tais situações, propondo inclusivamente ao Governo medidas excepcionais para impedir o prosseguimento de tais situações.

Esta a tónica posta pelo eng.º Caldeira Rodrigues, presidente do município, em encontro com os jornalistas nos Paços do Concelho, adiantando que a CML "convida as pessoas em questão a rectificarem a sua atitude, sob pena de grave responsabilidade social", assinalando também que o seu direito a alojamento será respeitado dentro dos critérios sociais discutidos e aceites, mas que esse direito será prejudicado por uma atitude ilegal.

No fim da reunião, o eng.º Caldeira Rodrigues apenou: "Quando o Estado se mostrar incapaz de atender aos problemas da população, pede-se a esta que participe, mas organizada. O anásto é a anarquia."

FEARNADES, TUPÊS de Almeida; ANUNCIAÇÃO, Pedro J

## O MFA e a crise política

AGORA que a crise política passou (esta saber até quando), vamos tentar compreender as suas consequências. Antes do mais, não devemos esquecer que o poder político não se encontra nas mãos de nenhum partido mas nas mãos do MFA que, com a sua institucionalização recente, deixa não tanto ao poder legislativo (Conselho de Ministros, Conselho de Estado) como ao Executivo (Ministros, JSN e COPCON).

E não nos esqueçamos, por certo, devidas a ninguém de que não vivemos em qualquer tipo de democracia, embora observadores políticos considerem que atravessamos um período pré-democrático.

O MFA nasceu por si, e é o braço do povo ou o povo em armas, para quem quiser considerá-lo como tal. O MFA está tão acima do povo, quanto o próprio Estado está, tanto mais quanto, neste momento em Portugal, Estado e MFA praticamente se identificam. Isto não, significa, evidentemente, que se possam subestimar, para uma análise correcta da evolução política do nosso país, crises importantes entre os Partidos, com predominância para os Partidos da coligação. De facto, tendo-se o MFA comprometido em dar ao país uma democracia baseada em eleições (do tipo burguesas) não leva a crer (em declarações dos seus porta-vozes) que continua interessado na sua realização nos prazos previstos. E aqui, é de realçar a importância da política partidária.

Com efeito, não parecendo estar o MFA interessado em concorrer às eleições como partido político (nem de qualquer outra forma) estas não se poderão disputar se houver condições para que os partidos nelas participem. Se uma crise política afectasse a existência da coligação, como se chegou a esperar em alguns círculos com a última crise o mais provável seria constituírem-se um governo militar que imporia uma legislação re-

volucionária (neste momento o MFA não está sujeito "de facto" a qualquer poder ou legislação), afastando, pelo menos a curto prazo, a ideia das eleições.

Foi concretiza, envolvendo este perigo, que o PS e o PPD são abandonaram a coligação, mesmo depois de perderem uma batalha em que mobilizaram todas as suas forças, em que a derrota significou o desprezo pelos princípios do Programa do MFA (alamos da liberdade sindical). Não esquecermos que neste momento as melhores armas, e também a maior preocupação do PS e do PPD são as eleições. Atendendo a algumas sondagens feitas a título particular, de que há notícia, a maioria dos votos pertencer-lhe-á. É portanto, a maior pedra com que podem jogar para se consolidarem com a legitimidade (tempora dialéctica) do Governo.

O mesmo não se passa com o PC e o MDP/CDE. Na verdade, queria que as eleições lhes dariam um número tão reduzido de votos que pouco lhes poderia interessar. É neste contexto que compreendemos o PC entrar deliberadamente em confronto com o PS que poderia ser um dos seus melhores aliados. É de crer que na actual fase da política nacional aquilo, que perdeu o controlo das eleições, parece renovar nos sindicatos (vide Bancários do Porto), e poucos votos terá nas eleições, preferindo doar ao MFA o governo, baseando-se na legalidade revolucionária.

Porquê?

Como se vê, o processo revolucionário decorre, as contradições antagonizam-se, os partidos deixam-se e o MFA, apesar do seu apertadíssimo, tem de optar.

Outro, sendo cada Partido a expressão de determinado pensamento político ou doutrina social, (o pensamento ou doutrina que visa defender a classe de que

emana), parece-nos forçoso que cada elemento do MFA, através do seu pensamento político se identifique mais ou menos com os diversos Partidos. Assim, é de esperar que as crises políticas entre Partidos, se vão reflectir no seu do MFA num confronto de correntes e ideias. Só que qualquer crise, dentro do MFA, tem de ser rapidamente superada (como parece que tem sido e continuará a ser) no seu evoluir dinâmico. Não se quer pôr em causa a substância do próprio Movimento, o que não interessaria concretiza a nenhum dos seus elementos. De qualquer maneira, é natural que uma resolução do MFA coincida eventualmente com a vontade de um Partido. Embora isto possa não significar partidarismo, a realidade é que a relação de forças dentro do MFA se torna favorável a um ou outro Partido. É neste sentido que compreendemos que o PC tivesse acalentado a ideia de adiar as eleições, aproveitando, entretanto, para levar o saneamento (principalmente nas autarquias locais) às últimas consequências, e deixando ao MFA a condução política do país.

Neste momento, o grande problema é ainda saber se haverá ou não eleições. Sanada a ditima crise política (total ou parcialmente?) espera-se conseguir uma plataforma de entendimento entre os partidos políticos (agora em estudo, que torne as eleições possíveis.

Caberá agora analisar qual o verdadeiro papel das eleições e da futura Constituinte na actual conjuntura política. Há que ter em conta o discurso do capitão Vasco Lourenço em Viana, onde se afirmou que, se de algum modo for desvirtuado o espírito do 25 de Abril, o MFA fará nova revolução. Isto parece significar, que o MFA não está disposto a dar carta livre à Constituinte, pelo menos se esta

ficar dominada por elementos direitistas, afectos ao CDS ou partidos semelhantes (que parecem divergir muito do espírito socializante do MFA).

Para evitar este risco que atitude tomará o MFA? Consistirá em dos pontos da ordem de trabalhos da Assembleia de delegados que se iniciou na passada quinta-feira era exactamente discutir um projecto de legislação revolucionária.

Antes de nos referirmos a este projecto, convém lembrar o Plano Económico previsto para três anos que se irá, portanto, impor à próxima Assembleia Constituinte. Mas este programa poderá não ser suficiente para garantir determinada evolução política, embora vincule já em muitos pontos a Constituinte. E atendendo a isto, que se espera ver elaborado o projecto da legislação revolucionária.

Este projecto pretenderá, certamente, limitar a acção da Constituinte ao espírito da revolução. Pode-se perguntar agora, que formas de intervenção poderá ele prever. Para já põem-se algumas hipóteses plausíveis. A Constituinte poderá ter de ser ratificada em Conselho de Estado, podendo mesmo dar-se a este um poder legislativo mais vasto. Também se poderia criar uma Câmara Alta que funcionaria como um Senado e que seria composto por elementos do MFA. Outra hipótese ainda, seria manter a JNS como órgão soberano e legislativo, (vide página 17).

Berá ainda que esta legislação revolucionária colocará a futura Constituinte em tão exagerada dependência, que a maior parte dos membros que funcionaria como a considerar, a ela, e consequentemente às eleições, uma farsa tal que se recusam a participar no jogo?

Miguel Almeida Fernandes  
Pedro de Anunciação

*Sousa Marcelo Rebelo*

## Do MFA sempre presente à reestruturação na RTP

Marcelo Rebelo de Sousa

SE HOUVE TEMAS que dominaram os bastidores da vida política portuguesa, na semana que passou, eles foram os referentes ao papel do M.F.A.

Tudo o mais gravitou em torno deste núcleo central, núcleo em que se destacaram a elaboração de legislação revolucionária a institucionalização do M.F.A., e o estudo da plataforma de entendimento entre o M.F.A. e os partidos políticos. Quanto ao primeiro ponto, não acrescentaremos, por agora, nada à sumária análise da página 17, senão o que vem explicitado na página 1.

Quanto à tão falada institucionalização do M.F.A., diversos têm sido os entendimentos atribuídos à expressão.

Para alguns sectores políticos ela duraria tão somente até às eleições legislativas ordinárias, dissolvendo-se logo depois o M.F.A., que, extremamente, nenhuma influência activa teria na feitura da Constituição.

Para outros sectores antipódoos, o M.F.A. deveria ficar institucionalizado por prazo longo (não determinável de momento), e teria uma palavra decisiva a dizer no processo constituinte pela apresentação do único projecto de lei constitucional debatido pelos deputados: pelo direito de voto sobre o projecto definitivo; pela concentração de um poder constituinte transitório em órgão exclusivamente militar, no período de actividade da Constituição.

Uma tese intermédia restringiria a duração da estrutura do M.F.A. ao prazo de vigência do Programa Económico-Social do Governo

Provisório (três anos), sob a forma de participação num órgão (género Conselho de Estado) necessariamente interviniente na aprovação de diplomas legais básicos. Durante a elaboração da Constituição, o M.F.A. acompanharia, sem voto prevalente, os trabalhos da Constituição. Além destes três caminhos (que admitem as mais imagináveis mudanças mistas), a institucionalização do MFA acarreta reestruturações internas.

Neste particular, as várias linhas estão de acordo: há que garantir mais ampla intervenção das bases e maior generalidade dos membros dos órgãos de cúpula, pela substituição da hierarquia pela eleição como meio da sua designação; por outro lado; a necessidade de regimentos internos daqueles órgãos é imprescindível à sua eficaz e periódica acção, como também cumpre apurar quem são os porta-vozes do M.F.A. No fundo, do que se trata, em qualquer caso, neste domínio, é da opção entre vários papéis das Forças Armadas na construção do futuro português, com ou sem um apreciável campo de acção dos múltiplos partidos, por definição com vocação de acesso e exercício do poder.

### Plataforma e remodelação

Ligada à questão da "plataforma" do MFA com os partidos, encontramo-nos o problema de uma recomposição governativa.

Logo após a crise da "unidade sindical" (vai para duas semanas)

correu com insistência uma versão que não seria desprovida de segundas intenções: Rosa Coutinho iria para Vice-Primeiro Ministro (cargo criado para apoio a Vasco Gonçalves); Melo Antunes iria para embaixador algures; Mário Soares passaria a Ministro Sem Pasta, sendo substituído nos Estrangeiros por Jorge Campinos; Salgado Zenha sairia para dar lugar ao Comandante Conceição e Silva; e para a Economia entraria Mário Monteiro (como independente), provavelmente com uma equipa MDP/CDP.

Simplemente, muitas destas ideias (subtilmente insinuadas por certos órgãos de informação) não parecem ter alcançado um sucesso apreciável. E, hoje, é já outro plano (muito sabido) que se fala em remodelação ministerial.

Por um lado, aparece como improvável uma alteração da parte dos governantes socialistas (mesmo que se adivinhe que a posição agreste de Zenha relativamente a outros membros do Governo não caiu ainda no ouvido).

Por outro lado, é ainda aventada a hipótese de um reajustamento no sector económico. Mas que, sobretudo poderia constituir (e não de imediato) a criação de um lugar de Vice-Primeiro Ministro para a Coordenação da execução do Plano Económico-Social. O nome mais indicado continua a ser o do Ministro Melo Antunes, cuja cotação continua a subir (como também parece ter subido a cotação do ministro Vítor Alves).

De qualquer forma, trata-se de

um dos inúmeros pontos que poderão, eventualmente, constar da Plataforma de entendimento. Não sejamos, portanto, apressados até pouco, como dizia pitorescamente um político do momento, ser-se-á apressado é fazer-se o jogo da reacção...

### Plano económico

De qualquer forma, o Governo acaba de apreciar o amado Programa Económico-Social. Trata-se de um documento muito amplo, não quantificado, mas que se pretende global, e que, indiscutivelmente, prima pela realizabilidade. E, neste sentido, além de nobres, é realista. Não pressupõe passos muito avançados em todos os sectores da vida económica, mas preocupa-se com o controlo estatal de domínios-chave, sendo muito claro e incisivo, por exemplo, em matéria agrícola.

Ao mesmo tempo, abre perspectivas a médio e longo prazo (de que se faz eco o preâmbulo, onde, se inseriram importantes alterações propostas pela Comissão Coordenadora do Programa do MFA).

Instrumento disponível para qualquer política económica-social de socialização (em passos mais ou menos rápidos), o Programa será, sobretudo, aquilo que os órgãos públicos competentes de decisão e execução quiserem que se seja "na prática" (docência). Mas, não admira que, num

fezuro imediato, particular ênfase mereçam as 60 medidas de emergência que se alinham no Programa, e postulam intervenções urgentes do Governo Provisório.

## Partidos e Eleições

Dezando de parte a conjuntura económica (vide análise na pág. 15), anotaremos que a actividade partidária se vira, cada vez mais, para as eleições.

Socede isto quando uma importante (talvez a mais significativa) sondagem é ultimada para uso de certas instituições de peso (político)...

Em síntese, o país aparece dividido, nestas sondagens, em 3 grandes zonas:

1.ª Lisboa e Porto, em que o P.S. lidera, seguido do PPD (o man form for Porto), e, à distância, o PCP. Só depois vêm os demais.

2.ª O Sul do Tejo, onde o P.S. domina, seguido do PCP e, depois, do PPD.

3.ª O Norte do Tejo, em que o PPD prevalece, seguido, a distância do PS e do CDS.

No todo, o PPD recebe, nas sondagens, alguns votos mais do que o PS, surgindo já bem colocado o CDS, e sendo visível um certo afastamento percentual do PCP.

Descontando o que existe sempre de aleatório em linhas tão gerais (e até em qualquer sondagem) esta — que, por exemplo, não considera efeitos do recente recrudescimento da Democracia Cristã — tem apenas o valor de um indicativo. Um indicativo que pode significar bastante na reacção dos vários partidos perante a próxima campanha eleitoral, quando nos aproximamos do tempo em que as sondagens deixam de ser lícitas.

Durante a semana passada, Mário Soares falou à República (entrevista notável) e de Mário Mesquita, recebeu Callaghan e averbou pontos internacionais, enquanto o P.S. se legalizava e,

preparava o Conselho do Campo Pequeno. O PCP organizou a Confederação Unitária dos Trabalhadores e azeucou a dos Camponeses do Sul, continuando na clara liderança da capacidade de organização e da imaginação posta ao serviço das actividades sócio-profissionais. Alvaro Cunhal, em discurso, expôs detidamente traços da posição económica e política actual do PCP. Quer o P.C.P., quer o P.S., consideram inoportunos as manobras da NATO.

O PPD esteve aparentemente muito pouco expansivo. Apenas Sá Carneiro proferiu, em Aveiro, e que observadores consideraram o seu melhor discurso dos últimos 3 meses, denotando uma sã e subida de forma física.

Por detrás da quietude do PPD houve, contudo quem descontinuasse um trabalho adiantado (embora não ostensivo) pré-eleitoral (talvez só superado pelo do PCP e do MDP/CDE).

Uma tomada pública de posição crítica de Manuel Alegre, ex-responsável do Partido, deu ensejo a um esclarecimento da Comissão Política do PPD, sem que, se registasse qualquer cisão ou tensão interna de valor. A J.S.D. atacou violentamente o que chamou: "o oportunismo do M.E.C."

O MDP/CDE dá sinais de uma intensa preparação das listas de candidatos a apresentar de 27 de Fevereiro a 3 de Março (se não houver alterações de prazos).

A direita, o PDC (com o seu 1.º Congresso e a presença presidencialista de Sanches Osório) veio disputar (salvo aproximação futura) votos ao CDS. A ver vamos como é que este partido mantém a sua clientela eleitoral, se o PDC entrar em plena expansão das suas actividades...

Isto, embora se saiba que 2 partidos de direita somados podem obter mais votos do que apenas um, resultante da fusão daqueles.

Finalmente, enquanto o MRFP fazia o seu maior cemitério público, a LUAR anunciava o seu Congresso para fim deste mês.

Entretanto, todos os agrupamentos de extrema esquerda apresentam severas dificuldades na sua legalização.

Ora, aproxima-se o termo do prazo para que um Partido se legalize, de modo a fazer parte da Comissão Nacional das Eleições...

## RTP: uma derrota do PCP?

Deixamos para o fim, intencionalmente, o anúncio da reestruturação interna da RTP, que deu azo a um Teledomingo entrecortado de "interferências técnicas".

Após um longo período de consecutivos choques entre uma equipa de Programas, notoriamente P.S. e uma equipa técnica, maioritariamente PCP ou MDP/CDE, após certos circuitos de v.ária ordem, que passaram em causa a Administração (digamos não muito afecta ao PCP, e foram por ela denunciados; após dívidas suscitadas acerca do Conselho Consultivo, onde parecia ter mais favorável acolhimento o PCP — depois de tudo isto surge uma decisão.

Termina o Conselho Consultivo; a equipa Socialista de Programas disse uns furos mas fica; a Administração é reforçada com militares em posições-chave de direcção, mas também fica.

O próprio Major Eanes, sob alvo de críticas de zonas tidas por apoiantes da linha PCP permanece confirmado na sua função.

Tudo o que fica escrito, quer dizer, que a ofensiva PCP na RTP, em crescendo desde o início de 1975, não logrou sucesso. E, antes, pelo contrário, foi passível de acusação de pressurar a criação de um órgão informativo público tão poderoso como a Televisão.

Para já, parece, ainda assim,

prematureo falar em derrota do PCP. Houve, formalmente, apenas uma correcção de rumos, na sequência do malogro da tentativa de infiltração estratégica vinda do PCP. Quer isto dizer que o PS saiu vencedor? Mais justo será dizer que o PS consolidou algumas posições vindas de trás.

Por quanto tempo, e de que forma evoluirá a presente situação? Como se virá a definir ela, de corpo inteiro, num futuro próximo?

O analista político não pode fazer profecias a horizonte largo, muito mais num tempo como o actual, em Portugal-1975.

Até porque sempre haverá alguém para lhe retorquir que não — que se tratou de um reajustamento interno, sem vitórias ou derrota partidárias, de que apenas saiu vencedor o MFA, por natureza partidário e colocado ao serviço do seu Programa Constitucional. Mas, se assim fosse, para que eram necessários os analistas políticos?

Bastaria ler o "Diário do Governo" e os oráculos oficiais do do Reino...

P.S.: 1 — A atracção pela análise política periódica e permanente, ganha (e bem) foros de cidade, entre nós. Depois das interessantes crónicas semanais de Dinis de Abreu, saiu agora, um boletim semanal "Informação e análise", só consagrado a esse objectivo. Recolhe larga cópia de elementos facticos e bibliográficos, que examina sistematicamente, sem se definir em qualquer linha partidária. Uma leitura atenta, aponta para uma orientação "centrista". No todo, trata-se de iniciativas inéditas entre nós.

2 — Os diários dizem que a Assembleia Geral do M.F.A. só tratou de questões de "rotina". Compare-se com a notícia do "Expresso" da 1.ª página, e reterem-se as devidas conclusões...

## Situação de desertores e refratários gera controvérsia

PELO MINISTRO da Defesa e o Estado-Maior General das Forças Armadas está a ser revista a lei do serviço militar no que se refere a questão dos desertores e refratários, revelou ao EXPRESSO fonte bem informada. Essa revista atenderá às diversas situações que forma criadas pelo problema — que constitui uma significativa herança da guerra colonial — e poderá conduzir à mobilização dos indivíduos nessas condições para um serviço cívico nacional (que não deverá ser confundido com o serviço cívico estudantil), a prestar em diferentes postos conforme cada caso.

ENTILIANTE, num apelo aos desertores, refratários e anticolonialistas, os signatários da carta-aberta ao Estado-Maior General das Forças Armadas — referida pelo EXPRESSO de 21 de Dezembro — anunciam que, segundo informações obtidas, os poderes constituídos estão empenhados na redacção de uma nova legislação, e que a opinião dos interessados, assumida de uma forma pública, é um contributo indispensável para uma legislação correcta.

Nesse sentido, os promotores do movimento convidam desertores, refratários e anticolonialistas a manifestarem-se nos órgãos de informação com o fim de contribuir para uma discussão mais pública, mais clarificadora, do problema da deserção e refracção. Com efeito, os autores da carta-aberta ao E. M. G. F. A. documento que está na origem deste processo, que veio levantar de novo a questão da refracção e deserção e do estatuto político dos que se recusaram a servir nas desercões e refracção à guerra colonial, lei esta publicada antes do 28 de Setembro e antes mesmo do começo efectivo da descolonização.

Entretanto, um novo documento da autoria de alguns elementos do grupo promotor acaba agora de ser divulgado, como «carta-aberta aos camaradas do M. F. A.», onde se acentuam algumas das posições já desenvolvidas na anterior carta-aberta ao E. M. G. F. A.

«O que queremos e reivindicamos — escrevem nomeadamente os autores do documento — é apenas isto: após o 25 de Abril, deixos de ter sentido que sejamos considerados «criminosos amnistiados» ou «militares retardatários». A revolução veio pôr em evidência uma coisa: a de que todos, nós e vós, fizemos o nosso serviço, anticolonialista (e antioficialista), em sítios e postos diferentes (à parte graus de sacrifícios e riscos, que nos propomos discutir, mas que não teríamos de controlar).

«A nossa reivindicação — prosseguem os signatários da «carta aberta aos camaradas do M. F. A. — é esta: que todos aqueles de entre nós, que são desertores e refratários há, pelo menos, os anos que correspondem ao tempo de serviço militar normal, sejam considerados, não como tendo sido dispensados de serviço militar, mas como tendo cumprido o seu serviço, tal como vós, por exemplo.» E invocando a natureza política da sua posição, escrevem: «Vós sabeis perfeitamente que a razão do nosso acto foi, tal como para vós, uma opção política anticolonialista. Vós sabeis que muitos de nós se recusaram, em consequência dessa mesma opção, a regressar a Portugal antes de ter sido reconhecido, formal e oficialmente, o princípio da independência dos povos das colónias portuguesas, apesar de já nos ter sido concedida uma amnistia pelo «crime» cometido.

O outro problema levantado nesta «carta-aberta» é o da situação privilegiada em que se encontram alguns antigos desertores e refratários (chamados para desempenhar funções públicas, em certos casos) face à grande maioria dos seus camaradas de opção anticolonialista. Assim, os autores do documento sublinham: «nós não tivemos a graça (e dessa forma ficamos simultaneamente de consciência tranquila e sem prejuízo da vida) e o reconhecimento, como certos, e não são poucos, dos nossos camaradas) de vir a ser considerados de «utilidade pública»: ser chamados para ministérios, secretarias, comissões e outros múltiplos e vários «serviços da pátria». Aos quais, aliás, nem nos foi dado ocorrer, contrariamente ao que para o efeito é uso.

«Mas — prosseguem os subscritores da carta-aberta — não é que tireis o pêlo («moral» e

materal) a esses camaradas o que vos propomos. Nem sequer que, de futuro, abrais concurso público para o preenchimento de outras vagas. Nós apenas queremos, como nós é devido, a disponibilidade».

Enquanto se prevêem novas iniciativas promovidas pelo grupo que lançou o movimento, no sentido de sensibilizar a opinião pública em relação ao problema dos desertores e refratários, constata-se já posições de sinal contrário (e de origens diversas) sobre o conteúdo das suas reivindicações. Assim, numa carta enviada pelo ministro sem pasta Alvaro Cunhal aos subscritores da primeira «carta-aberta» ao E. M. G. F. A. (que havia sido igualmente dirigida a o conhecimento de diversas entidades políticas), o secretário-geral do P. C. F. escreve, nomeadamente:

«A minha opinião é coincidente com a vossa num sentido: desertores e refratários, recusando-se a ir para a guerra colonial, deram um positivo contributo para a solução do problema.

«A minha opinião é diferente da vossa noutro ponto: penso que nas condições políticas actuais não seria correcta a vossa intenção do serviço militar nem tão pouco a vossa deserção caso este se exigisse.

«Não me cabe a mim — adianta Alvaro Cunhal — dar uma resposta em nome do Governo. Mas, dado que me dirigistes a «Carta-Aberta», certamente aceitarás que vos diga o que penso sobre a matéria».

Por outro lado, um grupo de oficiais e sargentos da Companhia de Caçadores 4243/74, em serviço em Angola, enviaram recentemente ao EXPRESSO uma carta em que se manifestam contrariamente às posições dos desertores e refratários:

«Julgamos — escrevem — que não é lícito nem justa a concessão de privilégios a indivíduos que, escudando-se atrás de pretensas justificações, pretendem fugir a um dever.

«Nesse caso perguntaríamos se serão mais patriotas que nós, só pelo facto de se terem exilado, e se será justo que, enquanto que milhares de jovens portugueses tenham deixado, independentemente das suas ideologias, empregos, estudos,



esposas e filhos para cumprir o seu dever militar, esses senhores, invocando razões semelhantes tentam alcançar um estatuto de privilégio, que não é mais do que puro oportunismo.

«Se é verdade que eles lá fora no exílio porventura contribuíram para a queda do fascismo em Portugal, não é menos verdade que nós aqui, longe da nossa terra lutamos ainda para derrubar ideologias colonialistas e reacçãoárias, ajudando, dentro das nossas possibilidades, o povo de um país que nasce.»

Perante o confronto de opiniões que já se desenha, é de prever que a questão dos desertores e dos refractários venha a constituir, para além dos seus aspectos específicos — de resto, importantes e significativos — um tema de debate fecundo e esclarecedor — na diversidade das opções que se afirmarem — sobre o próprio passado colonial português e as feridas que deixou abertas na nossa sociedade.

## Rui Machete:

# “na passagem para o socialismo o método é fundamental”

**PORQUE, na semana passada, se vivia o rescaldo do conflito PS-PC, porque certas contestações internas ao PS tinham vindo à luz também recentemente, EXPRESSO decidiu ouvir o ministro Salgado Zenha sobre o assunto. De passagem, o entrevistado fez umas referências ao PPD, referências essas que o Secretário Geral adjunto do referido partido, Rui Machete entendeu dever rebater. A seu pedido, fomos ouvir-lo.**

**Disse-nos que, para além de esclarecer os pontos levantados na entrevista, gostaria de alargar as suas declarações a aspectos dos partidos e do MFA.**

**R.M.** — O Dr. Salgado Zenha fez, nas suas declarações ao EXPRESSO, utilizando um tom pedagógico e presenciosamente magistral, algumas afirmações que considero incorrectas.

Em primeiro lugar o facto de algumas pessoas que hoje têm posições promissoras no PPD terem desempenhado como deputados uma função crítica à ponto de pedirem a renúncia dos seus mandatos na assembleia nacional fascista não significa que essas pessoas não pudessem ter uma posição socialista ou que, não a tendo, não pudessem ter evoluído. O próprio Dr. Salgado Zenha evoluiu de posições marxistas-leninistas para uma posição socialista que hoje tem, passando por uma posição social-democrata.

Por outro lado, no que diz respeito ao PPD há uma opção social-democrata clara, expressa no seu programa, há por parte de muitos dos seus membros um passado socialista (alguns foram companheiros do Dr. Salgado Zenha no antigo partido socialista).

**EXP.** — **Quem?**  
**R.M.** — O Dr. Santos Silva, o dr. Olívio Franca e outros. Importa também não esquecer a adesão ao P.P.D. do grupo da Acção Democrática Social.

**EXP.** — **É quanto a si, que significado tem a passagem para o PPD dessas pessoas: que o Partido Socialista se radicalizou ou que elas se “convertiram” à social democracia?**

**R.M.** — Bem. O Partido

Socialista — a que o dr. Zenha atribui uma existência de cem anos — era quase inesistente no nosso país. Contavam-se pelos dedos as pessoas que lhe pertenciam, tanto em Lisboa como no Porto. É a partir de certo momento havia o dr. Mário Soares, no exílio, tentando fortificá-lo... O P.S. que hoje vemos significa uma ruptura em relação a esse partido que era social-democrata. Portanto, essas pessoas seguiram a sua linha social democrata, filiando-se no PPD. Mas estas considerações não têm muita importância a não ser pelo facto de terem sido evocadas para legitimar certas críticas do dr. Zenha quanto à falta de personalidade do PPD. Ora a verdade é que o PPD tem uma opção social-democrata clara e age em conformidade com ela.

**EXP.** — **Pode dizer-se em poucas palavras o que é que, quanto a si, distingue uma opção social-democrata de uma opção socialista?**

**R.M.** — Em Portugal torna-se difícil essa distinção. Esquamo que a opção social-democrata se sabe claramente o que é (ela pretende a instituição de uma sociedade socialista através de uma série de reformas progressivas e sucessivas, escalonadas no tempo, em que o período transitório será relativamente longo e durante este funcionará desde logo uma democracia pluralista que deve ser estável para se atingir o objectivo último), o caminho preconizado pelos socialistas não é claro. O PS

ainda não publicou o seu programa após o seu último congresso, por isso não nos foi dito ainda como é que as coisas se vão processar. Falta na instituição de uma sociedade socialista — portanto o objectivo último é o mesmo — parece que esse objectivo deverá ser alcançado muito rapidamente e sem privação das liberdades fundamentais (ai se distinguem da ideia de ditadura do proletariado do Partido Comunista e de outros que preconizam soluções similares) mas não se tem uma exacta noção de como é que, através de um processo eleitoral, se transmuta, num período muito curto, uma sociedade como a nossa numa sociedade socialista. Esse é um ponto fundamental. Porque a construção do socialismo em liberdade preconizada pelo PS pode ser uma pura utopia...

Ao contrário do que diz o dr. Salgado Zenha, eu considero que a social-democracia é a via mais adequada para a passagem para uma sociedade socialista em Portugal. No nosso país vive-se numa fase de transformação do sistema económico em que ainda não há uma industrialização acentuada e em que é ainda possível dominar o poder económico através do poder político. Apostar o exemplo da Alemanha Federal ou da Suécia referindo o seu actual estado de desenvolvimento é esquecer que quando a social democracia se instituiu nesses países isso aconteceu em situações económicas parecidas com a nossa actual.

A social democracia é um meio de provocar uma evolução progressista sem convulsões sociais, o que está muito mais próximo do Programa do MFA no sentido de evitar situações de ruptura, desencadeando crises que acarretariam a necessidade de estruturas autoritárias para garantir o funcionamento do sistema económico e social.

**EXP.** — **A esse argumento de que a Alemanha estava na mesma como não agora quando lá surgiu a social-democracia pode responder-se que isso se passou há 40 anos, que o contexto mundial e europeu é diferente, que o que na altura perdera ser uma solução progressista pode hoje ser uma solução conservadora...**

**R.M.** — A invocação do contexto europeu joga nos dois sentidos. É também porque precisamos do apoio e da simpatia dos países que vivem em democracia pluralista e livre, que precisamos de seguir a via progressista social-democrata. Poderemos nós fazer o nosso caminho, isoladamente ou em contacto

exclusivo com os países de leste?...

**EXP.** — O objetivo final de uma sociedade socialista é para a social-democracia uma meta concreta, realizada no tempo ou é uma meta utópica, para que se tende sem se alcançar?

**R.M.** — A social democracia nasceu da crençação que as esquemas marxistas para a social-democracia uma meta concreta, realizada no tempo ou é uma meta utópica, para que se tende sem se alcançar?

**EXP.** — Pode dar alguma ideia de etapas, de prazos que a PFD encara para a realização do socialismo em Portugal?

**R.M.** — É impossível apresentar um timing. O que é fundamental desde já é que haja um controlo dos aspectos fundamentais da vida económica por parte do poder político. Para além do programa do Governo — que é de acção imediata — está a ser preparado um plano de concretização das ideias do Programa.

**EXP.** — O PFD defende ponto a instauração do socialismo com o que ele implica de fim do sistema capitalista e eventual fim do trabalho privado?

**R.M.** — Sim, o fim do sistema capitalista tal como hoje o conhecemos. Quanto à iniciativa privada não acho que tenha de estar necessariamente ligada ao sistema capitalista. Um dos aspectos fundamentais de um socialismo em liberdade é o de não aniquilar os direitos e as liberdades fundamentais, entre as quais a criatividade (profissional, por exemplo) é importante. Ela não se traduz necessariamente em possuir uma empresa capitalista mas deverá que encontrar formas que permitam que as pessoas não sejam atrofiadas por uma direcção central da economia que elimine a liberdade dos indivíduos, fazendo-os dirigir por computadores controlados por burocratas.

**EXP.** — O PFD defende um caminho progressivo para o socialismo, preservando em todas as circunstâncias as liberdades fundamentais. O PS defende o mesmo. Portanto, na sua opinião a diferença entre os dois está apenas na velocidade a imprimir ao processo. As metas finais são as mesmas?

**R.M.** — Não é apenas uma questão de velocidade. É importante ver quais devem ser as etapas e como se passa de uma para outra. Porque se se cometerem erros pelo caminho, os objectivos finais podem não ser alcançados. O método é fundamental. Nele se joga a liberdade das pessoas.

**EXP.** — Existe algum caso exemplar de regime social-democrata que tenha desdobrado no socialismo?

**R.M.** — A fórmula mais

aproximada, embora não tenha ainda finalizado a sua evolução — é a da Suécia.

**EXP.** — E desdobrou?

**R.M.** — Depende da vontade dos social democratas suecos e do povo sueco. O povo em democracia é sempre soberano.

**EXP.** — Dos exemplos que se conhecem de social-democracias dá a impressão que esse parangon que se verifica a certa altura — quase na recta final — decorre directamente da natureza do regime. É o próprio regime social-democrata que leva a que se percorra um certo troço do caminho — o que serve os interesses gerais, incluindo os dos seus defensores — e se pare no ponto em que a evolução posterior poderia contrariar as vantagens alcançadas. E o que tem acontecido em toda a parte ficou-se pelo caminho...Que lhe parece?

**R.M.** — Não será só isto. A partir de determinado momento, a situação internacional tornou-se muito desfavorável ao socialismo. Constituíram-se dois blocos, um capitalista, encabeçado pelos Estados Unidos e que abrangia toda a Europa ocidental, outro socialista, encabeçado pela URSS... Qualquer terceira via se tornou difícil...Entretanto, o contexto foi-se alterando, surgem novas possibilidades.

**EXP.** — Disse, no princípio, que gostaria de alargar as suas declarações às relações inter-partidárias e dos partidos com o MFA, não se ficando apenas pelas respostas que julgo seu dever dar ao Sr. Zambão que se referia à personalidade política do PFD. Que gostaria de dizer a esse respeito?

**R.M.** — Consideremos os factos: Ao MFA cabe a responsabilidade e a glória de ter feito uma revolução. Com saudável realismo, ele encarou medidas imediatas e medidas a mais longo prazo. Fazia parte das suas intenções — nunca é demais sublinhá-lo, na medida em que constitui a originalidade do Movimento — a transferência do poder revolucionário para o povo depois de um período determinado. Isto far-se-ia através de uma Assembleia Constituinte que, uma vez feita a Constituição, permitia o regresso a uma vida política normal. Haveria assim um período transitório de readaptação do povo português às instituições democráticas de um ano até à Assembleia Constituinte e um outro máximo de seis meses até entrar em vigor a Constituição. A partir de certa altura fala-se na

institucionalização do MFA devido à necessidade que se fez de garantir o cumprimento do esquema previsto no Programa mesmo para além deste período transitório. Esse papel fiscalizador do MFA numa posição a-partidária é evidentemente fundamental se se quiser realizar uma modificação profunda.

Nós tínhamos toda falta de treino político, os partidos tinham dificuldade em superar os seus desentendimentos. O que é evidente é que se cada partido insiste em levar por diante aquilo que é a sua linha mais específica, não há hipótese de compromisso. AI, nas dificuldades que atravessamos, creio que cabe responsabilidade especial ao PC, pois é o que tem feito maior pressão para ver contragosto desde já e sob a capa da unidade e do antifascismo os seus esquemas programáticos mais importantes. O compromisso entre os partidos não pode, nunca estabelecer-se em termos de consagrar as orientações de um partido. Isto tem levado a que o Governo tenha sido uma eficiência reduzida e tem-se assistido a uma sucessiva transferência dos centros decisórios do Governo para os órgãos do MFA paralelamente à progressiva

substituição de ministros civis por ministros militares. Isto o que parece um contrassenso — que num governo provisório civil os ministros sejam militares — até se justifica em certos casos pelas dificuldades do próprio jogo da coligação. Mas isso tem um significado num período transitório, terá outro completamente diferente uma vez que se prolongue para além da aprovação da Constituição. Se se vier a verificar que, de modo sistemático, esses cargos políticos passam a ser exercidos por militares eu diria que se teria perdido a possibilidade de ter um sistema político normal em Portugal, em termos de uma democracia.

**EXP.** — Não considera, portanto, que uma tomada de poder — por um período — pelo MFA possa em caso algum ser um caminho para a instauração de um socialismo democrático?

**R.M.** — A garantia da via democrática pelo MFA só o é se for limitada no tempo, como previsto no Programa. Se for de outro modo, encontramos-nos perante um esquema completamente diferente.

H.V.S.

Isidro, João

A esquadra da NATO na terra dos capitães:

# Da subserviência antiga à prova de força actual

NA MADRUGADA de 25 de Abril do ano passado, os navios da NATO deixaram o Tejo depois de a tal terem sido coitadas pelo MFA, em vias de efectuar um golpe de Estado que resultou. Nove meses de (incidente) presença de regimes políticos estão instantaneamente passados, e os barcos da Aliança estão de volta.

De bom grado saíram das águas territoriais portuguesas na madrugada de 25 de Abril, dado que um regime cuja política colonial do ano de 1974 fora condenada por Kissinger não poderia sobreviver durante muito mais tempo e necessário se tornava pôr cobro ao "delírio imperial" do frei Marcello, porque a evolução da guerra e a radicalização crescente dos movimentos de libertação nacional nada seguravam de bom para os interesses até aí apóstatas da política herdada do salazarismo. E, porque os líderes de Lisboa poderiam sentir politicamente muito mais os efeitos da ditadura fascista, se antes decidiram perder alguns anos para que no mesmo se salvassem os dentes.

O 25 de Abril é a metódica transformação de movimentos rebrandeados dos capitães em MFA com vocação de Governo — para já sem entrar no campo da institucionalização — surgem assim no que se disse ser "um ambiente internacional favorável as modificações em Portugal". Ou, dito de forma mais crua, os propósitos democráticos e descolonizadores sucessivamente enunciados esquadram-se no âmbito mais geral de estratégia imperialista quanto à Europa e à África Austral. A redistribuição necessária das cartas em urgência e a maior concentração naval da NATO desde os chefões a que concebera o "General sem medo" visa realinhar o novo poder... retravando. Agora, e ao sentido de realinhar o velho domínio, colocando "os pontos nos i's", melhor foi... regressar, e em força.

Os "Vladivostoks", como outros os "Muniques", têm destas "tratações". A Europa está, de novo, na berlinda, desta vez por obra e graça da concentração entre as duas superpotências no Velho Continente. Hoje, como antes, a crise geral leva à assinatura de tratados de repúdio do mundo que não se destinam a ser cumpridos (e nenhuma das duas super-potências quer passar por Chamberlain da história dos nossos tempos).

A evolução recente nos países europeus da bacia mediterrânea (desde a retirada das forças militares pagas da NATO e eventual situação idêntica da Turquia, até à agitação em Espanha (ver pág. 8) e à tentativa de assalto, em Portugal, de lugares-chave do aparelho de Estado por parte de formações políticas não sem razão acusadas de constituírem clientelas políticas de um dos imperialismos em confronto — o dos dirigentes sociais da URSS), faz prever uma ofensiva generalizada dos aparelhos militares pluri-nacionais ao serviço dos Estados Unidos, entre os quais a NATO ocupa um lugar de primeiro plano.

Quanto às presentes manobras e entrada de uma esquadra em território nacional, o mesmo que se pode dizer é que foram inesperadas do ponto de vista dos pilotos da barra, evitados das vistas em cima da hora... facto que, para além dos outros, confirma o facto de tais operações terem surgido de surpresa, perante o mesmo de muitas responsáveis que, interrogadas sobre o assunto logo que as manobras foram anunciadas, demonstraram a mais completa ignorância acerca das manobras em curso. A imprensa internacional não hesitou, aliás, em comentar estas manobras militares como "costas-manobras políticas" suscitadas pelo avanço de forças que, depois de terem garantido um volumoso uso de poder, estavam dispostas a tirar o espírito de Camp David e Vladivostok... a coexistência pacífica na base da repartição de mundo em duas esferas de influência. O avanço da clientela política de um dos imperialismos teria acarretado a vinda da esquadra de NATO, para que ficasse bem claro qual o respeito que a Independência Nacional merece à Aliança. Da posição das várias formações políticas e dos órgãos do Poder se pode inferir o patriotismo de quem dela se reclama, sobretudo agora, quando não significa o alinhamento incondicional pelo "patriotismo" que conduziu a três anos de guerra colonial. — JOÃO ISIDRO.

## Arrombar "portões" abertos

DESDE o nome da operação que a NATO vem desenvolvendo (não só) ao largo das costas portuguesas até a «oportunidade política» das manobras em curso, já negada pelo Estado-Maior General das Forças Armadas, algo parece soar falso. Começemos, pois, pelo nome: «Locked Gate», em português «portão fechado», é o nome de ódio atribuído a uma operação programada desde há dois anos, quando a frota naval da União Soviética em vésperas de confrontação armada no Médio Oriente, mais se fez sentir. Até aqui, tudo joga certo com o esclarecimento do Estado-Maior General das Forças Armadas, se bem que um pormenor tenha sido sendo omitido, pelo menos menos-prezado: é que Portugal não é portão de coisíssima nenhuma.

Trata-se, isso sim, de manobras militares que se destinariam, em princípio, a fechar o acesso ao Mediterrâneo pelo lado de Gibraltar ou, melhor, a não permitir que outrém o encontre. O próprio nome da operação está de

acordo com o espírito que presidiu à sua planificação, tendo sido escolhido o Estreito de Gibraltar para ponto onde as manobras deveriam centrar a maior mobilização de esforços.

Portugal seria, neste contexto, não uma «porta» mas quando muito o país aliado que serviria de «umbral», dado que a Espanha não pertence à Aliança, se bem que albergue no seu território bases americanas nas quais não permitiu, durante o último conflito israelo-árabe, que os aviões vindos dos Estados Unidos para municiar o esforço de guerra israelita aterrasssem para reabastecimentos.

Se bem que as concepções geo-estratégicas dos peritos da NATO os tenham já levado a propor uma quase mundialização da organização, com o respectivo alargamento a sul do Trópico de Câncer e eventual cobertura militar da «rota do Cabo», não é de crer que, de um momento para o outro, o porto de Lisboa e a região Centro de Portugal tenham adquirido vital interesse no controlo das entradas do

Mediterrâneo. Recorde-se, ainda, que a lei constitucional vigente no país garante o escrupuloso respeito de tratados internacionais celebrados pelo anterior regime.

De notar que a obsessiva cultural até agora desencadeada pelos meios pró-soviéticos da sociedade portuguesa — traduzida, desde muito antes de 25 de Abril, na produção de crónicas de visitas à URSS, filmes soviéticos actuals e, mais recentemente, na audaciosa invasão de orquestras, corpos de «ballet», filmes na televisão sobre a Europa de Leste, etc. — só agora encontrou uma resposta por parte da superpotência rival, que desceio patrocina a exibição de um documentário colorido sobre o porta-aviões «Saratoga» em exibição na maior parte das salas de cinema da capital. Só resta saber se o mesmo circo que, ao atravessar a fronteira portuguesa na época imediatamente posterior a 25 de Abril, se rebaptizou de «Circos de Moscovo», apresentará agora os ursos brancos de Washington, depois de prévia mudança de nome.

## Os "iates Apollo" de Brejnev

O PÚBLICO português foi surpreendido, no início da semana, com um desmentido do Ministério de Negócios Estrangeiros acerca de eventual pedido soviético no sentido de ser instalada em Portugal uma base pesqueira. Com efeito, a imprensa portuguesa não se fizera eco de telegramas enviados pela «Associated Press» para todo o mundo, noticiando o pedido, com carácter de urgência,

da concessão de uma base pesqueira na Figueira da Foz. As edições dos jornais europeus do sábado passado falavam em «pressões do Kremlin» sobre o Governo de Lisboa: A lei sindical e a polémica gerada em torno da aprovação da tese da «unicidade» idealizada por partidos vários que,

segundo a mesma imprensa, constituiriam como que «alter ego» do PCP) teriam estado, segundo os observadores, na base da solicitação soviética, que

partiria de um alegado arazo das forças políticas portuguesas mais susceptíveis de alinhar as suas posições pelas dos dirigentes do Kremlin.

Entretanto, no dia 4, a agência noticiosa soviética «Tass» classificou de «provocatória» a notícia publicada pelo «New York Times» e depois difundida pela «AP» para todo o mundo, acusando o correspondente em Lisboa daquele jornal norte-americano de querer tirar partido de informações falsas para influenciar não só o pensar dos seus leitores mas também a própria opinião pública portuguesa.

A frota pesqueira soviética tem sido acusada de desempenhar missões muito parecidas com as de espionagem electrónica do mais avançado que se conhece, sendo de salientar o caso ocorrido nas costas do Canadá quando a concentração dos pesqueiros fora das águas territoriais mas navegando muito

próximos dos limites das ditas levantou já certo burburinho nos corredores das chancelarias que, muito convenientemente do ponto de vista da NATO, transpirou e deu um escaudado agarrado de mãos ambas pelo «Reader's Digest» e publicações no género. A marinha de guerra soviética tem tido, no pensar dos estrategas da NATO e resistentes «aliança defensiva» estabelecidas pelos Estados Unidos através do Globo, uma forte ajuda dos serviços de informação de que Moscovo dispõe, nomeadamente no que respeita à vigilância mantida pela frota pesqueira russa em relação ao tráfego em todos os mares.

Falando num comício do seu partido realizado no Setúbal e noticiado também no dia 1, Mário Soares salientou que — os socialistas não desejam assumir o papel de «um peão no jogo do imperialismo russo».

De salientar também o facto de ter sido publicada, ainda nos jornais de 4 do mês corrente, uma nota da Secretaria de Estado do Comércio Externo e Turismo justificando perante a opinião pública nacional a importação de madeiras soviéticas, sendo igualmente de notar que, em conjuntura diversa e durante as greves de pescadores que aterrorizaram por todo o país, justificações de teor idêntico não foram produzidas quando da importação de sardinha soviética e, posteriormente, de outras espécies piscícolas.



Assinatura do comunicado conjunto americano-soviético, a 24 de Novembro do ano passado, em Viadivostoque: tal como entre Hitler e Chamberlain, começou a ser atraído no dia seguinte

## Prometeu em Portugal?

O apoio da NATO ao regime deposto em 25 de Abril de 1974 não constitui segredo para ninguém, tendo sido várias vezes denunciado no interior do país, durante as campanhas eleitorais, e no estrangeiro, através de declarações de individualidades opositoras no exílio e de publicações entre as quais merece algum relevo a edição «A NATO e Portugal» de «Anglia Commee» holandês. Para não falar nos documentos clandestinos, em que a denúncia da NATO em termos mais radicais (porque iam à raiz do problema) era levada a cabo. Quanto ao momento presente, o mais que se pode dizer é que as forças políticas da «oposição tradicional» de há um ano e meio ou quatro e pouco não assumiram qualquer posição quando, precedida de um submarino atómico norte-americano, as costas portuguesas viram chegar forças estrangeiras integradas nas manobras da NATO.

Quanto à ingerência externa nos assuntos que (pelo menos teoricamente) dizem apenas respeito a Portugal, vossas discordâncias de partidos ligados ao regime vigente foram ouvidas, mas sem convocarem fosse o que fosse contra a presença da NATO. Observadores vários consideram que, mesmo sem «esquadra», a política já se desenrolava através de interpostas clientelas políticas.

Dentro das atribuições da Legação Portuguesa, cujo desmantelamento se diz estar em curso, constava o fornecimento de informações à NATO (ver nas págs. 18 e 19 deste número), a cargo da «Terceira Secção» da LIP. Facto que traz à memória a «Operação Prometeu» desenhada pelos coreânos gregos trabalhando no «Serviço de informações» das Forças Armadas locais, que tomaram o poder em 1967.

Com efeito, a dita operação tinha sido planificada pela NATO para o caso de agressão por parte de uma potência estrangeira (supõe-se que pertencendo à Europa de Leste), constando das movimentações de tropas programadas pela Organização e imediata detenção de sindicalistas e pessoas comprometidas com formações políticas de esquerda, ou pelo menos suspeitas de ligações — o que foi feito, parcialmente à ocupação de edifícios e regiões consideradas de interesse estratégico. Até que ponto tal operação estaria ou não preparada para Portugal, eis a incógnita ainda não revelada pela Comissão de Extinção.

De qualquer forma, e logo que foi conhecido o «esquema» tipado-adoptado pelos coreânos gregos, a

Imprensa esquizofrênica da Europa dos Nove denunciou a existência de idênticas ou pelo menos muito semelhantes planificações nos casos concretos da França e da Itália.

Se, face ao caso francês, a descoberta adveio de «fugas» de informações retiradas dos «Reinseignements Généraux» (facto que deu certo brado antes e depois de 1968 — sobretudo depois), já no que diz respeito a Itália a questão

não se reduziu a afirmações de carácter considerado provavelmente «espectaculo», dado que as «tramas negras» dos neo-fascistas contavam com planos semelhantes, a revelar em breve no decurso das diligências judiciais em curso tendentes à averiguação de responsabilidades do General Miceli (chefe do equivalente à Segunda Repartição do Estado Maior das FA portuguesas) na conjura de Valerio Borghese, em 1970.

## Partidos e esquadra da NATO

«Após o 25 de Abril, na complexa situação nacional e internacional, seria particularmente perigosa para a jovem democracia portuguesa uma política precipitada e aventureira em relação à NATO» — diz um comunicado do PCP, distribuído na terça-feira passada, que acrescenta: «A resolução deste problema de alto interesse nacional deverá ser considerada com o mais alto sentido de responsabilidade no quadro da solução dos problemas mais amplos do desenvolvimento, da segurança europeia e da paz mundial». Apelando para a serenidade, o dito partido «adverte a população de Lisboa contra manifestações associadas com pretextos diversos para a zona próxima do Tejo e zonas centrais no dia em que está prevista a visita à cidade dos marinheiros».

A mesma opinião parece ter sido partilhada por Mário Bragança, governador-civil da capital e destacado dirigente do MDP/CDE, que proibiu todas as manifestações de rua entre os dias 7 e 12 de Fevereiro.

De tudo isto se desprende que Karamanlis teve um comportamento de radicalismo (pelo menos) altamente discutível, quando o seu governo decidiu, de um dia para o outro, denegar-se das obrigações impostas pela participação grega na Aliança; o «esquerdismo» agita-se, por vezes, onde menos se espera.

A proibição das manifestações a que aludimos foi criticada, pelos seus termos, por Sá Carneiro quando, num programa de televisão transmitido antecorrem, verberou a ausência de fundamentação da taxa do Governo Civil na medida em que o direito às manifestações existe e só em certos casos previstos na lei pode ser limitado.

Quanto a Mário Soares, depois de ter considerado, logo no início de semana, que as manobras são «insportivas», declarou no aludido programa que os soldados americanos também são filhos do

povo do seu país, raciocínio que alguns observadores pensam não ter inspirado a resistência vienense à ingerência nos seus assuntos internos.

Pode-se dizer, para já, que a atitude da coligação governamental foi de ignorar os exercícios militares da NATO, se bem que o facto de terem chegado os navios da Aliança tenha coincido com um nítido recuo do PCP, até então empenhado numa acérrima e calada legislativa destinada a conquistar o máximo antes das eleições, sendo disso acusado por diversos agrupamentos políticos entre os quais o PS, que considero o MES, MDP/CDE e PSP como organizações do PC — e não, organizações subsidiárias deste.

Fora da coligação, merece especial relevo a atitude do MRPP, que não acabou a campanha de denúncia da NATO com a manifestação de rua do passado dia 31.

Com efeito, e no decurso de um comício que viveu, na noite de quarta, o Pavilhão dos Desportos, denunciou de novo o facto de os imperialistas «est» encontrarem no país porque os social-imperialistas preparavam um golpe. Na opinião dos oradores, só um Governo Popular saído de uma Revolução Democrática e Popular pode assegurar a Independência Nacional, consequentemente através da nacionalização dos interesses imperialistas e social-imperialistas em Portugal e do desmantelamento das bases estrangeiras existentes em território nacional. O facto de não se poder lutar com uma super-potência sem denunciar a outra, para que nenhuma delas fique favorecida, foi outro ponto bastante vezes referido. Para o MRPP, só a classe operária e o seu principal aliado, o campesinato, podem liderar a frente dos patriotas conseqüentes. Tal facto não colide com o internacionalismo proletário, na medida em que a revolução se realiza no quadro de uma nação, constituindo um avanço para os povos de todo o mundo a sua vitória circunstada e um só país.

## Nato: uma parte da estratégia americana

"DURANTE a última década, os Estados Unidos negaram várias vezes que Portugal esteja a utilizar o equipamento militar fornecido fora da Zona de Defesa do Continente Europeu.

Fontes fidedignas dão, no entanto, outro tipo de informações. O resto dos 40 FV — 2 Harpoons estão estacionados em Luanda, de onde realizam operações de bombardeamento. Luanda é também a base da esquadilha de caças F-84G. Outro equipamento fornecido pelos EUA utilizado nas colónias inclui C-47s, aviões de treino "Texan" e "Harvard" — se bem que esses possam ter vindo da Alemanha Ocidental — e envólucros "Property of USA Air Force" foram encontrados em aldeias habitadas pelos portugueses" (em "Bretanha, Portugal, NATO and Africa" por Frank Yedd, membro do Parlamento, trabalho preparado para o "Grupo de estudo do Partido Trabalhista sobre a África Austral, Londres — 1973).

•

"Outro ponto de aparente divergência entre os interesses de Portugal e dos seus aliados no seio da NATO é a restrição das responsabilidades da organização à área situada a Norte do Trópico de Câncer e consequente proibição do uso de armadas na NATO nesta (do Sul) área. De qualquer forma, trata-se mais de uma diferença de princípios e de terminologia legal do que de um facto actual, e afigura-se como um "segredo aberto" e aceite que a maior parte das armas utilizadas por Portugal nas colónias lhe chegaram através da Aliança Atlântica" (op. cit. C. Pappas pág. 37)

	Angola	Mozambique	Portugal	África do Sul
1969.....	2	—	57	2,000
1970.....	43	28	344	2,736
1971.....	—	88	115	3,634
1972.....	39	413	151	1,245
Total, 4 anos.	84	529	667	9,625

(Bureau of the Census FT — 410 Export Statistics. Cite in the Hearings of the Subcommittee on Africa, House Committee on Foreign Affairs, on Implementation of the U.S. Arms Embargo.)

OS DADOS acima transcritos foram retirados de documentos "confidenciais" da Aliança Atlântica, publicados há cerca de um ano. Como se vê, a ajuda ao governo fascista e colonialista no esforço de guerra em África era não só conhecida como apoiada pelos Estados Unidos, em nome de imperativos estratégicos conhecidos, na África Austral. As exportações de herbicidas a que o quadro anexo se refere é um dos índices mais importantes, na medida em que parte de um produto à primeira vista "inocente", para chegar a uma das consideradas mais hediondas armas, em África como na Indochina: os desfoliantes. E Portugal é um país que só foi recebido na NATO depois de várias oposições de certas "más consciências", recordadas das simpatias pró-nazis de Salazar.

## A concluir...

OBSERVADORES consideram que o aproveitamento da quota da base soviética de pescas, por parte da imprensa norte-americana, visa preparar a opinião pública daquele país para um "agravamento da tensão" em Portugal, tendo objectivos não estritamente jornalísticos. Por outro lado, fontes fidedignas garantem que os efectivos

inicialmente previstos para a operação "Locked Gate" foram substancialmente acrescentados à última hora, talvez com o objectivo de "fechar as portas" a interpretações tendentes a considerar as manobras da Aliança Atlântica como "inocentes" e rotineiros exercícios militares.

João Laldro



## Legislação revolucionária

SÃO NECESSÁRIAS poucas palavras para denunciar o que pode estar neste momento a ser preparado em Portugal, à sombra da expressão legislação revolucionária.

Ninguém que tenha aderido à revolução de 25 de Abril pôde em causa a necessidade de se publicarem leis que não só permitam o total desmantelamento do aparelho fascista, mas também venham dar valor jurídico a determinadas situações de facto criadas nos últimos nove meses. Esta é a legislação revolucionária com a qual todos podemos e devemos estar de acordo.

Outra coisa é, invocando a legitimidade revolucionária, produzir legislação que permitirá intervir do modo mais arbitrário na vida de cada cidadão. Basta ler o que hoje publicamos na pág. 17 para se verificar que há perigo grave de que assim suceda a curto prazo.

Contra isto nos insurgimos, sem qualquer hesitação, em poucas palavras, mas com a maior veemência. É com a legitimidade — essa sim verdadeiramente revolucionária — resultante da interpretação autêntica do Programa do MFA e do espírito democrático dos homens que de facto fizeram o 25 de Abril.

## Portugal e a guerra fria

É TÃO INTENSA a vida em Portugal, depois do 25 de Abril, que muitas vezes nos esquecemos de que não estamos isolados num mundo complexo e em permanente mutação. É natural que o frenético dia-a-dia da política portuguesa nos absorva, que as perplexidades e as necessidades de permanente adaptação nos consumam, que o fervilhar dos boatos e das certezas nos retirem disponibilidade mental. Não devemos, no entanto, deixar-nos arrastar para uma confortável tendência no sentido de nos fecharmos sobre nós próprios, até porque isso corresponderia a uma fuga às realidades, a uma política de avestruz que em nada nos aproveitaria.

Alguns acontecimentos das últimas semanas vieram pôr em relevo a verdade do que se acaba de dizer. Fidedigna ou falsa, a informação da instalação em Portugal de uma base pesqueira soviética é divulgada na imprensa americana (e sobretudo nela), no momento preciso em que a esquadra da NATO, por seu turno acusada na imprensa soviética, está em Lisboa (ver pág. 7). Do mesmo modo, os perigos de guerra civil são denunciados, na esteira da grande reper-

cussão dada pela imprensa internacional aos incidentes no Porto a propósito do congresso do CDS. E a «invasão cultural» soviética emerge nas notícias e nos comentários ao mesmo tempo do que o «subito interesse» dos americanos pela situação da saúde em Portugal.

Entretanto, na vizinha Espanha, com Franco perto da morte, os sintomas de inquietação são evidentes e já são poucos os que escondem a sua angústia ou a sua esperança pelo que se seguirá a uma fase de ilusória transição, que dura há demasiado tempo.

Tudo o que se passa na península ibérica (a análise, partindo dos mesmos ou de outros parâmetros, seria extensível ao Sul, ao Ocidente e ao Norte da Europa) é susceptível de alimentar e agravar um ressuscitar da guerra fria que já principia a detectar-se.

Se assim é, Portugal (mais do que a Espanha, por enquanto, e melhor do que qualquer outro país da Europa Ocidental) poderá constituir um excelente terreno de luta para novas escaladas da guerra fria à moda dos anos 70. Não parece, no entanto, que os portugueses estejam interessados em que o seu país se transforme no laboratório onde as duas super-potências ensaiam os seus divertimentos táticos.

Os portugueses são por natureza agarrados à independência nacional e a sua História bem o demonstra; por isso, querem um país em cujos assuntos internos não haja ingerência estrangeira.

Nem sempre, porém, querer é poder. E, para que Portugal, país pequeno, possa seguir, com realismo, uma via de independência, é preciso que formule e pratique uma política externa coerente e, dentro do possível, autónoma. Até aqui, isso não se tem verificado. Não basta reatar relações com meio mundo, é necessário definir quem são os amigos, saber o que se lhes pode dar e o que deles se pode receber (sem ambiguidades no que se oferece, nem vergonhas no que se pede), marcar um rumo entre os imperialismos, servir-se deles sem os servir, optar pelas soluções que geopoliticamente mais nos convêm. Tudo isso implica trabalho e não se resolve apenas com viagens, banquetes, discursos e promoções pessoais.

No momento em que a détente aparece cada vez mais entrecortada por episódios de guerra fria e em que Portugal, por entre problemas internos de toda a ordem, procura recupear o seu lugar na comunidade das nações, temos de ter presente, mais do que nunca, que a solução daqueles problemas passa obrigatoriamente pelo estabelecimento de uma política externa que permita a reafirmação desastombada da nossa independência. A não ser que prefiramos — o que não se crê que seja o caso — continuar a ser o impotente teatro experimental dos pequenos melodramas da guerra fria da nossa década.

Sertório, Manuel

# Manifeste-se quem puder

Manuel Sertório

Quatro manifestações de rua convocadas e a seguir proibidas, das quais três anuladas e a última abortada: eis temos um protótipo cerneiro do M.F.A., que não deisa nada a deixar em comparação com os resultados obtidos em carreiras de tiro mais longanquias.

Quais os vencedores e quais os vencidos?

Derrotado ficou certamente o P.S., que havia sido já o grande vencedor, dadas as suas pretensões a partido operário, na campanha pela unidade sindical. Ameaçado primeiramente de ser neutralizada a sua manifestação pela contra-manifestação convocada pelo P.C. e outras organizações de esquerda para o mesmo dia e a mesma hora, viu-se depois impedido de aceitar o desafio da contagem das unidades manifestantes dos dois correntes rivais.

Vencida ficou também a gesticulante organização Aliança Operária-Camponesa (A.O.C.), que depois de ter participado nos festejos do congresso do P.S., convocara a sua mini-manifestação para o mesmo local escolhido pelo mesmo partido, em que não consta, porém, ter aparecido, apesar de não ter as responsabilidades do P.S.

Vencido ainda se mostrou o M.R.P.P., com a sua abortada manifestação autónoma. A primeira derrota, porém, fora-lhe infligida pelo ridículo patriotismo com que pintara as suas bandeiras.

Outro inequívoco derrotado, foi o M.E.S. Bem dissera o Sr. Major Victor Alves, na sua conferência de imprensa de 30 de Janeiro, estar certo de que em contactos com este partido o levaram a renunciar ao seu propósito de manter, pelo que lhe dizia respeito, a convocação da manifestação unitária. Para que quisessem os dirigentes do M.E.S. aborrecer os Srs. oficiais, que têm mais que fazer, e prolongarem inutilmente por diversas horas a conversação para a qual foram solicitados?

Por fim, aqueles (bem poucos) para quem a revolução proletária teria já começado em Portugal, terão de dizer como explicam que as largas massas trabalhadoras que seriam sem dúvida mobilizadas pelas manifestações, tenham respeitado tão facilmente e tão generalizadamente a anulação dessas manifestações pelas directórias dos partidos reformistas.

Vencedores do 31 de Janeiro, para os espectadores que são o país inteiro, parecem ter sido o P.C. e o M.F.A.

Mas não se tratará de uma vitória à Pirro, de uma vitória que, afinal, debilita excessivamente as forças do vencedor?

O Secretariado Nacional do P.S., pelas palavras modestas do sr. Cardia, limitara-se a dizer não poder deixar de cumprir a decisão do Conselho Superior do M.F.A. — (de proibir as manifestações). Diferentemente, com o virtuosismo literário que o caracteriza, bem pôde o P.C., através da Direcção da sua Organização Regional de Lisboa, declarar que «a opinião do P.C.F. coincide com a aprovação feita pelo Conselho Superior das Forças Armadas», tendo-se, porém, esquecido de dizer se a sua opinião coincide por baixo ou por cima com a do M.F.A.

É verdade que dias antes, em 27 de Janeiro, o secretário-geral do P.C., conferência de imprensa do Comité Central, em que só ele falou, pronunciara o pedaço de frase: «se as manifestações se realizarem...» Largas línguas, como dizem os latinos, ou exhibitionismo para mostrar que bebe do fino? A verdade é que, em qualquer caso, o esmagamento do P.S., na fase actual, não pode coexistir ao P.C., pois isso privaria-o do aliado de que carece para levar por diante, com ou sem o M.F.A., o seu esquema frenético de colaboração de classes.

No que toca ao M.F.A., parece também oportuno interrogarmo-nos se a sua vitória foi realmente

tão profunda quanto pode parecer.

Que o Conselho Superior (ou Conselho dos 20) hesitou na atitude a tomar, prova-o o transformação, entre 29 e 30 de Janeiro, da expressão «as manifestações não devem realizar-se» (do Comunicado do Conselho) nas palavras preteritórias do sr. Major Victor Alves, na sua conferência de imprensa: «não se realizou manifestação no dia 31 de Janeiro.» Outro sinal de uma certa falta de segurança, foi a necessidade experimentada na citada conferência de justificar a proibição dos correntes arguindo que, «como se tratava de manifestações dirigidas ao nosso movimento, era a nós que competia tomar essa decisão.» (Vieria a pena perguntar ao sr. Major se as manifestações não seriam sido proibidas no caso de haverem sido convocadas com outro objectivo, embora igualmente destinadas a permitir uma aproximação, mesmo grosseira, da importância das forças em presença?)

O que acima de tudo importa sublinhar é que o Conselho Superior do M.F.A. foi obrigado, pela iniciativa do P.S., a assumir uma posição que reforça perante o país o papel bonapartista que está a desenterrar mas que, ao mesmo tempo, debilita a coesão do Movimento.

Nesta dizer que, eventualmente, assim mesmo tem de suceder, é necessária que o formosa «fraternidade anti-fascista» se mostrar cada vez mais incapaz de lidar os problemas mais da real luta de classes que, embora bloqueada hoje ideologicamente, cara no subterrâneo por onde há-de passar a revolução — a grande topeira, como lhe chamava Marx.

Refo, Vitor Cunha

# As aventuras

Vitor Cunha Rego

A MANIPULAÇÃO levada a cabo por alguns (com manifesta ligação ao problema do confronto internacional em curso) e a incompetência de outros conduziram o país a um clima de tensão vivida. Não poderia ser outra a atitude dos democratas que a de dizer basta de forma clara e inequívoca as provocações, aos aventureiros e às manobras dos imperialistas.

O país tem sido comparado à Checoslováquia do pós-guerra (golpe de Praga feito pela KGB) ao Chile (golpe financiado pela CIA) e ao Peru (ignorância do que é o Peru por parte dos nossos aprendizes de feiticeiro). Há, entretanto, outros termos comparativos. Há a Grécia (partido russo e partido americano). Há também a República de Weimar que antecedeu o nazismo. Na Alemanha foi o ultimatismo estalinista. ("social-democrata e igual a fascismo") que levou ao desastre.

Em Portugal, uma política de ultimatismo está em curso. A pieira demagogia, que é a demagogia encapuçada como "anti-demagógica", e a omnipotência paranoica vieram ao de cima nas palavras e gestos dos aprendizes de feiticeiros que leram, tarde e mal, alguns manuais pseudo-revolucionários e alguns resumos pseudo-filosóficos, próprios para a idade escolar de indivíduos normais. Temos, assim, reunidas as condições de um

hitlerismo esquerdizante que tem poderá dar lugar, com o correr do tempo, a um hitlerismo puro e simples.

Há que evitar o desastre e o abandono nacional.

Tínhamos reunidas neste país, graças ao MFA do 25 de Abril todas as condições de profundas mutações revolucionárias nos sistemas político e sócio-económico. O débil e, felizmente, estúpido capitalismo de rastros. Com bom-senso e sentido dialético, Portugal poderia ser hoje um país democrático a caminho do socialismo.

A megalomania dos inocentes úteis, o putchismo de raízes internacionais e o anarquismo mantido por outros sectores, levaram o país à beira da fractura.

E agora?

Agora há que juntar as forças democráticas às forças socialistas e continuar a batalha contra os aventureiros ultimistas mas sem perder de vista que apesar da estupididade de alguns, ainda há tempo de levar o país à democracia e às desejadas profundas mutações sócio-económicas que varram irretorquivelmente do nosso quotidiano a burguesia rancosa e reaccionária.

A nossa luta tem de ser simultaneamente contra os discípulos de seminarista de Tiflis e do seminarista de Viena, muito embora, é claro, Viena, sem burguesia e Tiflis não, quando por si mesmos, não significam provocações

desprimorosas para a nossa cidade da Beira Alta.

Se essa for a nossa linha ainda acabamos, em poucos dias, por acordar numa democracia deixando para trás o pesadelo dos reaccionários de todos os quilates, a começar por essa alta burguesia que todos nós conhecemos.

Para isso há que agir, sobretudo, no plano político não cedendo a provocações mas não transigindo quanto à necessidade imperiosa de pôr termo ao assalto e à chantagem nos meios de comunicação social.

O não, inequívoco aos que pretendem continuar a intoxicar o povo português é imprescindível nesta hora grave da vida do país em que os casacos de cabedal negro avultam falando em nome do socialismo e da revolução mas representando, objectivamente, o anti-socialismo e a ditadura dos aventureiros.

O povo português quer liberdade com pão e pão com liberdade. É contra isto que se erguem os aventureiros e as forças estrangeiras as quais desejam criar neste país a instabilidade. Esta é a arma que tornaria Portugal uma moeda de troca na cena internacional e que ocultaria a sua própria incapacidade de dar as respostas práticas ao desenvolvimento nacional a que o socialismo e a democracia estão aptos. Por isso é preciso dizer não e basta.



## O Plano a emergência e a transição (II)

Mário Murtelra

PROCUREI mostrar, em artigo anterior, que a aceleração do crescimento económico português nas últimas décadas — em particular, após a adesão do nosso País à EFTA em 1960 — foi essencialmente um fenómeno induzido do exterior, consequência da própria aceleração do crescimento de países situados no chamado "centro" do mundo capitalista. A crise actual deste último, a manter-se nos próximos anos, e independentemente de quaisquer transformações sociais e políticas verificadas em Portugal, teria, como é óbvio, efeitos de travagem no nosso crescimento interno. Mas a crise económica que sofremos não é apenas resultado da estagnação da economia internacional em cujo âmbito nos movemos. E também consequência, como se sabe, da fase de transição que o sistema social português atravessa depois de 25 de Abril.

Os sintomas mais evidentes dessa "crise" são conhecidos: aumento no desemprego (já ocultos 6% da população activa) e quebra no investimento privado; inflação a um ritmo que excederá provavelmente os 30% por ano; elevado desequilíbrio na balança de pagamentos externos.

Estes sintomas manifestam ou fazem recuar qualquer "doença" grave que requer terapêutica de emergência. Acontece, porém, que o impaciente também procura tornar-se *nostra causa*, o que associa à emergência a ideia de transição. Emergência e transição, ideias diferentes mas inseparáveis na presente conjuntura económica portuguesa.

económico que seja, ao mesmo tempo, de emergência e transição. Esse plano ainda não é do conhecimento público no momento em que escrevo estas linhas. De qualquer forma, não é a sua letra que mais interessa comentar, mas sim o seu possível espírito e conteúdo operativo; dito doutra forma — interessa menos o que se diz que se vai fazer, interessam mais as garantias procuradas para que certas coisas se possam realizar a tempo. Que coisas e que tempo?

Parece que, no imediato, três objectivos de política económica — não independentes entre si — sobrepõem em importância quaisquer outros: a estabilização do processo inflacionário (com garantia do poder de compra das camadas mais desfavorecidas da população); a recuperação do crescimento do investimento público e privado; a contenção da taxa do desemprego a um nível inferior aos 5% da população activa, o que requer a definição duma estratégia apropriada e praticável a curto prazo.

Nenhum destes objectivos parece fácil de atingir satisfatoriamente a poucos meses de vista. E é prudente ter consciência de que uma situação má deste teor, se não controlada, tende para pior. Assim, a questão nuclear é e de rapidamente *inverter tendências* no sentido inflacionário e de baixa do nível de emprego e de formação de capital. Claro que o mais fácil é *dizê-lo*.

Será isto possível sem alguns passos decisivos no sentido de *transição* para outro sistema

Quando se pensa na economia nacional em clima de emergência pensa-se nas possíveis respostas para questões como as seguintes: Como controlar os preços? Como fazer "voltar a funcionar" o sistema económico em termos de investimento e garantia de emprego, garantia que não seja mera generalização duma economia subsidiada pelo Estado, até que em próprio carvão de subsídios externos, sem qualquer objectivo definido de conjunto e sem qualquer prémio ou incentivo da eficiência produtiva?

Quando se pensa em termos de transição ocorrem outras perguntas mais profundas. Como assegurar a curto prazo certa transformação qualitativa nos centros de decisão da nossa economia (estratégia anti-monopolista e anti-latifundiária e reconstrução do aparelho do Estado)? Como manter a nossa dependência externa — impossível de vencer em absoluto, mas susceptível de gradual atenuação e diversificação — de forma a permitir maior intervenção e autonomia do crescimento económico? Qual o projecto de sociedade que deverá orientar a transformação da estrutura económica portuguesa e quais as forças sociais que poderão animá-la, conduzi-la na prática social?

É pouco dizer que procuramos uma via original para o socialismo, sobretudo quando a originalidade que nos é proposta — aliás necessária — poderá residir na escolha do caminho errado. Nesse sentido, uma via original para ir de Lisboa a Coimbra, por exemplo, consiste em atravessar a ponte sobre o Tejo à saída da capital.

Também não será talvez lícito exigir a partidos mais interessados em escaramuças pré-eleitorais que dêem, a partida, respostas precisas e conscientes àquelas questões. E, todavia, parece que estamos a atingir o limite do período "permissivo" ou "esportivo" da revolução portuguesa e que a afirmação duma autoridade ao serviço do povo, que se alguma urgente, efectivamente firm e toma, exige respostas claras às questões que mais tocam ao homem concreto português, neste precioso ano que inaugura o último quartel do século XX.

Enfim, de tudo isto resulta a extrema importância dum plano

social? Estas "emergências" serão dissociáveis de certas modificações qualitativas fundamentais? Parece que não. Aponto apenas que as mais óbvias se situam ao nível do sistema de crédito, público e privado, do controlo do comércio externo, da gestão das empresas públicas e das empresas de participação e (ou) controlo estatal, da reforma agrária.

Não refiro o objectivo do equilíbrio extremo entre os vários prioritários da nossa política económica de emergência, por não se pôr, já, com a mesma acuidade dos restantes.

A verdade, no entanto, é que o problema do desequilíbrio da nossa balança de pagamentos poderá tornar-se dramático a dois ou três anos de vista se, desde já, não forem claramente equacionadas e concionabilizadas os contornos desse problema. Parece que, além do mais cabe aqui reflectir — e isto não é trabalho para um ministro ou secretário de Estado por mais argutos e competentes que eles sejam, mas sim para uma larga maioria de técnicos qualificados — sobre as possíveis consequências de troca e outras relações económicas a estabelecer a médio prazo com I) as novas nações de língua portuguesa e II) os países da OPEP, sobretudo os mais evoluídos economicamente e politicamente. Além do mais, parece claro que apenas consolidando relações económicas deste tipo poderemos fortificar-nos — na medida do praticável — à condição de perifericos no sistema capitalista internacional. E dessa análise resultarão indicações precisas para a orientação da nossa futura estratégia de desenvolvimento.

Questões desta envergadura são vitais para o futuro da democracia e do socialismo em Portugal.

Creio que é pelo esclarecimento público das questões aqui esboçadas — a transformação qualitativa dos centros de decisão da estrutura económica, a intervenção e autonomização do nosso modo de crescimento, a gradual reorientação da nossa dependência externa — que efectivamente se poderá construir o projecto da sociedade de que o País necessita. Ou seja: ao defrontando objectivamente aquelas questões se poderá falar, com seriedade, duma via original portuguesa para o socialismo.

*J. B. Mota Amaral*

# Desenvolver os Açores — tarefa urgente

J. B. Mota Amaral

TEM-SE NOTADO, ao longo dos últimos meses, nos meios políticos, nos órgãos de informação e, consequentemente, na opinião pública em geral, a existência de um novo interesse pelo Arquipélago dos Açores. Nos congressos de alguns partidos e em reuniões parciais do MFA discutiu-se problemática açoreana; vários dos grandes jornais do Continente enviaram redactores seus a percorrer o Arquipélago, daí resultando interessantes reportagens, nem sempre, infelizmente, isentas de erros; e é frequente topar com animadas conversas sobre o que se passa nas ilhas e qual há-de ser o seu futuro.

Bom é que os Açores vão sendo cada vez mais bem conhecidos pelas entidades públicas e por todo o povo português. Porque existem nas ilhas problemas específicos, a reclamar solução adequada, que só pode ser concebida e executada em clima de sincera compreensão.

Tem sido comum, até agora, depararem os açoreanos com a mais total ignorância, por parte dos continenciais, sobre as realidades insulares. E porque a ignorância é atrevida, surge a crotanha — e, quantas vezes, a mota — face a justíssimas aspirações, do vital interesse para os Açores, logo qualificadas, com revoltante superficialidade, de reclamação de «privilegios»,

distacoe de inconfundíveis «intencões separatistas», quando não mesmo de «americanofilismo»...

## Desfavorecimento

Ora, a verdade é que, se a geografia tem sempre importantes incidências sobre a vida das sociedades humanas, nos Açores essas incidências são determinantes. Os dezassete e oitenta mil açoreanos que vivem no Arquipélago — número superior é o daqueles que vivem na América, nos Estados Unidos e no Canadá, principalmente, em prósperas comunações, de emigrantes — distribuem-se, de modo muito desigual, por nove ilhas, algumas delas de bem pequenas dimensões, ainda por cima dispersas no Oceano Atlântico, num rectângulo que tem perto de trezentos quilómetros em latitude e seiscentos em longitude.

Como se ainda não fossem suficientes, estes factores de isolamento são agravados pela instabilidade do clima: tanto por mar, como por ar, acontece ocasionalmente ficarem as comunicações cortadas — e ainda em pleno mês de Junho do ano passado o Aeroporto da Horta, na ilha do Faial, esteve fechado durante quinze dias consecutivos... Para não falar já da ilha do Corvo, que, durante o Inverno, chega a

ficar algumas vezes completamente isolada por um nevoeiro e mais...

Resultam daqui condições de desfavorecimento, que se projectam nos domínios mais diversos. Desde logo, no económico: todas as empresas têm de enfrentar as limitações e os sobrecustos dos transportes — os fretes marítimos de e para os Açores são dos mais caros do mundo — os quais se reflectem também directamente no custo de vida; mais irrevocável ainda será, talvez, a questão da dimensão, imposta pela exiguidade do mercado local e/ou pela escassez da matéria-prima a laborar.

As consequências negativas da insularidade são também de ordem social: basta apontar, a este respeito, as discriminações que padecem os portugueses dos Açores quanto a acesso ao ensino (algumas ilhas não se vão além de instrução primária — só agora começa a chegar a Telescola — e mandam uma criança estudar para outra ilha é de todo incompatível para a esmagadora maioria das famílias açoreanas) e quanto a cuidados médicos (faltam hospitais, menos auxiliares de diagnóstico e os próprios médicos — um dos últimos que seguiu do Continente para a ilha das Flores, sem sequer tirar as malas de bordo... e regressou a Lisboa no mesmo navio).

Pelo que fica dito — e bem

pouco é — pode-se fazer uma pálida ideia de como é difícil o viver dos açoreanos: a omnipresença do mar, que dá uma beleza ímpar à paisagem das ilhas e molda a idiossincrasia dos seus habitantes, reforça de maneira especial, dando-lhe firmeza, consistência, o círculo vicioso do subdesenvolvimento e da pobreza dos Açores.

## Compensações

É impossível assegurar o desenvolvimento económico-social dos Açores sem compensar de alguma forma, ao menos em certos aspectos especialmente importantes, as desvantagens da insularidade. Entre estes aspectos assume decisiva prioridade a dos transportes e comunicações.

Impõe-se garantir transportes regulares, rápidos e baratos, tanto aéreos como marítimos, entre as ilhas do Arquipélago e entre estas e o Continente. Porque se trata de um serviço público de primordial interesse para o arranque do processo de desenvolvimento das ilhas, será talvez de considerar a hipótese de, ao menos durante um período determinado — dez anos, por exemplo — excluir dele a aplicação dos critérios normais de rentabilidade.

Quer dizer: a economia dos Açores não pode suportar sozinho

todo o peso dos transportes; e porque sem transportes capazes nada se conseguirá fazer nas ilhas, não bastará suprimir o lucro, mediante a nacionalização das empresas do sector — terá de se ir mais além na diminuição dos custos, até ao ponto de subsidiar mesmo, mediante a fixação de preços nacionais, certas beira essenciais, tal como já hoje em dia acontece com os combustíveis. O que não pode admitir-se é que o cimento e o adubo, para não citar outros produtos, custem nos Açores cerca do dobro do preço que têm no Continente.

As telecomunicações são também indispensáveis para quebrar o isolamento do meio insular. A automação dos telefones em todas as ilhas, entre elas e para fora delas é da maior urgência. O mesmo se diga da instalação do fax e da televisão. Quanto à TV — de transcendente importância no processo político em curso — está a fazer-se trabalhos de montagem; mas convém ir pensando desde já no modo de assegurar a actualidade dos programas a transmitir, poupando o público açoriano ao consumo de televisores emiladados... com vários dias de atraso.

Não pode omitir-se uma referência à Rádio. Os serviços de

Emissora Nacional necessitam ser melhorados; e haverá ainda que estudar o apoio a prestar às emissoras particulares, facilitando-lhes, com as imprescindíveis garantias de interesse público, a sua importante tarefa de informação e formação.

Não se pretende de forma nenhuma esgotar aqui a problemática do desenvolvimento económico-social dos Açores. Por isso nos limitamos a enunciar alguns tópicos daquilo que se refere à transportes e comunicações, deixando para outra oportunidade questões de maior interesse, endógenas e exógenas ao Arquipélago. Quanto aos aspectos versados, impõe-se concluir que só a adequada satisfação das necessidades aferidas tornará viáveis os empreendimentos de natureza económica, que é imperioso promover nos Açores, mediante um amplo esquema de incentivos (fiscais e outros).

## Compromisso

Em face do que acabamos de apontar, que não é ainda tudo, poderia nascer um certo desânimo. O esforço a fazer pelo desenvolvimento económico-social dos Açores é de facto muito grande e envolve certamente, em in-

vestimentos directos, em infra-estruturas e diversas formas de apoio, cifras volumosas; basta pensar no que está ainda por fazer em instalações portuárias, aéreas e marítimas, e na ampliação, modernização e racionalização das frotas. Não se trata, porém, de maneira nenhuma, de um esforço desesperado, pois potencialidades existem e passado o inevitável período de arranque é possível atrever a normal evolução de um processo de crescimento auto-sustentado.

Tal como as outras regiões subdesenvolvidas, necessitam os Açores de auxílio externo a prestar antes de mais pela comunidade nacional em que se integram. Falou-se em tempos em canalizar para as ilhas a ajuda norte-americana a obter em contrapartida da concessão de facilidades aos Estados Unidos na utilização da Base das Lajes, situada aliás, no Arquipélago. O próprio ministro dos Negócios Estrangeiros, dr. Mário Soares, por várias vezes aludiu à razoabilidade dessa orientação de princípio, reclamada por amplos sectores da opinião pública açoriana; seria, com efeito, lamentável que os Açores desistissem a ser jogados como pedra do xadrez diplomático nacional, sem que para os seus

habitantes adviessem quaisquer contrapartidas directas.

A verdade, porém, é que o assunto parece agora olvidado. Nada se tem dito sobre o andamento das negociações luso-americanas acerca das Lajes; por outro lado, o programa de auxílio apresentado pelo novo embaixador dos Estados Unidos em Lisboa, programa esse que não parece estar ligado a iguais negociações, omite qualquer menção a empreendimentos para os Açores.

Como quer que seja, o que interessa é reconhecer a necessidade e a urgência de dar apoio decidido ao desenvolvimento dos Açores. Que o povo aspire pelo progresso, testemunham-no as dezenas de pessoas, de todas as ilhas e de todas as idades, que diariamente, nos voos transatlânticos que escolham os Açores, partem para as terras da América — com se quissem embarcar desde crianças, à simples de encontrar as suas condições de vida digna.

É preciso ir ao encontro dessas aspirações, sem más disonâncias. E, tendo presente que o desenvolvimento dos Açores implica a consideração, de forma global e coordenada, das indústrias da insularidade, assumir uma tarefa, mediante inquérito político, como um compromisso de interesse viacadamente nacional.

# DOIS PROJECTOS DE LEI CONSTITUCIONAL: ALTERAÇÃO DO EQUILÍBRIO DE PODERES NO PROGRAMA DO MFA?

QUANDO, HÁ DUAS semanas, efectuámos um inquérito a personalidades de vários quadrantes políticos acerca da «legislação revolucionária», vieram a público duas teses completamente diferentes.

Uma tese, expressa, por exemplo, nas respostas de Mário Soares, Sá Carneiro e outros, entendia que era útil e necessária a promulgação de «leis revolucionárias», mas desde que não alterassem a estrutura política assente na lei constitucional n.º 3/74, de 14 de Maio que concretizou o Programa do MFA.

Outra tese ressaltou da resposta de Orlando de Carvalho, e sobretudo do general Carlos Fabião.

## Legislação revolucionária na reconstrução nacional

REFERINDO-SE às matérias que poderiam ser objecto de medidas revolucionárias, concretizadas o Chefe do Estado-Maior do Exército: «Primeiro, a perniciosa definição da responsabilidade sobre a quem compete decidir se os crimes ou faltas cometidas são ou não contra revolucionárias, isto é, se prejudicam ou não o processo revolucionário em curso.

A definição deste órgão de decisão, que quanto a mim deveria ser a J.S.N., uma vez que se trata do órgão revolucionário institucionalizado pelo MFA com o fim de erigir pelo cumprimento do Programa do MFA e das leis constitucionais», seria a primeira medida.

A seguir, como é óbvio, seria a enumeração de todos os crimes de natureza política, social e económica que podem afectar o cumprimento integral do Programa do MFA, uma vez que o

poder real se situa, de facto, naqueles três campos.

O estabelecimento das sanções respectivas para os diferentes crimes e o seu processamento no foro militar, seriam medidas complementares desta.»

A ideia da legislação revolucionária, proposta pela Assembleia da Armada, e posteriormente apreciada pela Assembleia Geral do MFA (que dela falaria na parte final do seu comunicado oficial relativo ao Programa Económico-Social do Governo Provisório) e pelo Conselho dos 20, — idem, dizíamos, ganhava um perfil mais claro nas palavras do general Fabião.

Nestas palavras, designadamente, — e pela primeira vez — a atribuição de mais ampla competência à Junta de Salvação Nacional como «órgão revolucionário institucionalizado pelo MFA».





# “Respeito pela dialéctica social”

Terminada a chamada crise da unidade sindical, a opinião pública portuguesa pôde ficar mais disponível para o debate sereno em torno da questão — mais importante, até porque mais profunda — da legislação revolucionária.

Alguns sectores políticos vieram fazer-se eco da necessidade de tal legislação, e, muito particularmente, da sua rápida promulgação, antes mesmo do início da campanha eleitoral. Até porque ela iria a condicionar o próprio significado político das eleições.

Que razões são advogadas a estas razões?

Creio fundamente primeiro se dá que a aceleração que o processo histórico sofreu em Portugal, após do 25 de Abril, em grande parte motivada pela restituição ao povo português das suas liberdades civis e políticas, implica a necessidade de enquadrar normativamente as novas situações, de forma condizente com o Programa do MFA, entendido sempre em termos dialécticos e de respeito pela dialéctica social.

Assim, se apresenta a prioridade para uma visão actualista, e em transformação, do Programa do MFA. Uma transformação que sabe que o Estado adquire, em sua natureza, a técnica mais correcta e capaz de, em termos positivos e construtivos, concretizar na prática a estratégia lançada naquele Programa (isto, independentemente da prossecução do «processo de desmantelamento das estruturas repressivas e burocráticas do corporativismo»), uma vez defendido este

aproveitamento tático do Programa do MFA, alinhem-se as justificações concretas da publicação da legislação revolucionária.

1.ª — As tarefas de reconstrução nacional, a realizar pelas estruturas constitucionais provisórias em íntima colaboração com o Povo Português, não podem ser prejudicadas pela falta da necessária disciplina normativa que as enquadra. Ou seja, cumpriria criar leis que dessem acolhimento (e legitimassem) situações de facto que, dialecticamente, se consolidaram, ou, pelo menos, depositaram na sociedade portuguesa. Como as realidades económicas, sociais e políticas se têm processado mais rapidamente do que a legislação aprovada (o que alguns observadores têm chamado «a situação de facto consumado»), — o que se pretendia era permitir a concessão de força legal àquelas realidades em mutação;

2.ª — Para os sectores em causa, existe um estrangulamento de competências na orgânica estatal, gerador de um certo imobilismo, e o Governo é o principal responsável, até porque se encontra especialmente sobrecarregado pelas múltiplas funções que lhe foram cometidas.

Este argumento não se limita a propor ligeiros reajustamentos na estrutura constitucional em vigor. Ele considera que a estrutura em si mesma implica um estrangulamento de competências. E, ao mesmo tempo, critica o Governo de coligação, como se sabe — pela inactividade legislativa.

# Novo órgão legislativo

Com base nestas razões, aparece a proposta de diversificação do exercício do poder legislativo, atribuindo-se à Junta da Salvação Nacional uma amplíssima competência em matéria política, económica, social e judiciária; competência que altera toda a estrutura dos órgãos do Estado em vigor desde Abril de 1974.

A linha de orientação a que temos vindo a referir-nos achou concretização num projecto de lei constitucional, recebido em fins de Janeiro por alguns conselheiros de Estado, e em que se cita o n.º 1, 1.º do art.º 13 da várias vezes citada Lei n.º 3/74.

Esse projecto cometeria, em exclusivo, à Junta de Salvação Nacional (até que, de acordo com a Constituição Política, a elabora, pela Assembleia Constituinte, sejam eleitos os órgãos de Soberania da República Portuguesa): as seguintes atribuições:

- Desmantelar as organizações policiais e militarizadas que, pela sua prática, mostraram ser instrumentos do Estado fascista Portugal.
- Praticar todos os actos considerados necessários à extinção e liquidação total das Associações Políticas, Organizações para a Juventude e Movimentos organizados que tinham por objecto a prática, defesa e propagação da ideário Fascista.
- Extinguir e dissolver todas as

estruturas políticas, económicas, judiciárias e sociais que, os seus princípios que as regiam ou pela actividade desenvolvida, denotaram ser contrárias ao espírito do novo Estado Democrático Português.

- Garantir pelos meios julgados convenientes, a não participação na vida Política Nacional de todos quantos por cargos que desempenham ou por actuações suas no anterior regime, ou depois dele, não permitiam que deles se espere um comportamento conforme aos interesses das Classes Trabalhadoras e Progressistas Portuguesas.

• Adopção de medidas de saneamento em todo o aparelho de Estado, nos Serviços e Empresas Públicas, nas Autarquias Locais, nas pessoas colectivas de Direito Público e em todos os sectores provados quando se julgue oportuno e imprescindível a intervenção do Estado.

- Vigiar, controlar e disciplinar todas as operações económicas e financeiras, tendo em vista a prática de manobras sabotadoras da Economia Nacional.

- Definição de uma estratégia contra a corrupção quer do aparelho Estatal quer do Sector Privado.
- Competir à Junta de Salvação Nacional o exercício dos necessários poderes legislativos, elaborando lei, para cumprimento daquelas atribuições.

## Significado político

Qual o significado efectivo deste texto, referente a um tema quente da nossa actualidade política, que poderá ter sido examinado pelo Conselho do Exército e pela Assembleia de Delegados, ambos reunidos esta semana?

Os observadores consideram que a tentativa de retirar ao Governo Português uma competência legislativa ordinária que lhe era atribuída pela Lei n.º 3/74 (com eventual aprovação do Conselho à Estado em certos casos de maior urgência).

Por outro lado, ganharia relevo a Junta de Salvação Nacional, órgão estritamente militar, relativamente apogado na sua recente actividade.

O peso da coligação civil pensativa seria, portanto, em sã medida, sacrificado ao proveito do poder militar. De um lado militar que se estruturava sob uma paralisante ao poder institucional. Um pouco nos termos da antevista bem informada, telexada de Lisboa para o estrangeiro por alguns jornalistas portugueses.

A eventual nova lei constituiria severa para dar base às medidas legislativas ordinárias mais variadas, que, de certa forma, deveriam ser apreciadas pelo Governo, caso a caso.

Até mesmo tempo, algumas das bases da eventual nova constituinte legislativa da Junta de Salvação Nacional, são muito

amplas, como vagas são expressões neias inseridas (como «interesses das Classes Trabalhadoras e Progressistas Portuguesas»), o que daria um controlo teoricamente absoluto da Junta sobre qualquer actividade política individual e colectiva, sem necessária audição dos partidos legalizados (nem mesmo dos membros da coligação no «poder»).

Desde a natural existência das estruturas fascistas, ao julgamento da sabotagem económica, à especulação e corrupção nos sectores públicos e privados, e até à dissolução de estruturas da mais variada natureza (sem que cabem, inclusive, algumas das estruturas políticas vigentes desde 25 de Abril) — todas estas matérias passariam a ser foro exclusivo da Junta de Salvação Nacional. A par de um saneamento recíproco sobre estruturas e pessoas do antigo regime, haveria, um saneamento já do post-25 de Abril.

No fundo, muito perto do texto aludido andava nas suas predições Orlando de Carvalho, conhecido dirigente da Comissão Central do MDP/CDE, quando respondeu ao inquirido do EXPRESSO acerca do elenco das leis revolucionárias, e reias incluída:

«Todas as medidas implícitas ou explicitamente previstas nos n.ºs 5, 6 do cap. B (Medidas a curto prazo) do Programa do Movimento das Forças Armadas, especialmente as do n.º 5 al. a), e do

n.º 6 al. a) e b). Diz o n.º 5 al. a), 2.º par: «...o estudo e aplicação de medidas preparatórias de carácter material, económico, social e cultural que garantam o futuro exercício efectivo da liberdade política dos cidadãos. O que, entendido à luz do «considerando» do Programa que fala do «saneamento da actual política interna e das suas instituições, tornando-as, pela via democrática, inadecuadas representativas do Povo Português», não pode deixar de supor, desde logo, uma real implementação na vida pública, que não se limite a uma simples substituição de pessoas, mas envolva uma autêntica reconversão da própria máquina político-administrativa — pelo menos na medida imprescindível à laboração de um Estado efectivamente interventor. Por outra via, exige uma adequada penalização dos responsáveis directos ou indirectos pelo aparelho repressor do estado fascista — o que não pode fazer-se, obviamente, à luz da legislação do regime depositado (que, naturalmente, os não reputava criminosos) ou à luz de um enquadramento jurídico-criminal que não sancione devidamente as violações da integridade física, psíquica, etc., em que a Pátria/DGS foi providamente eximia à sombra da impunidade mais perfeita. Impõe-se aqui o reconhecimento de um verdadeiro óbito dos direitos humanos — de acordo, aliás, com os princípios da ONU, à

qual demos admissão —, sem nos pendermos com um miltum crímen sine lege que não tem nenhuma espécie de sentido quando se encontram em jogo esses direitos fundamentais. Por sua vez, a «estratégia antimonopolista» da alínea a) do n.º 6, bem como a política social que, segundo a alínea b) do mesmo n.º, «está essencialmente como objectivo a defesa dos interesses das classes trabalhadoras e o aumento progressivo, mas acelerado, da qualidade de vida de todos os portugueses», tanto essa estratégia como esta política têm de supor um conjunto de medidas revolucionárias que, sem hesitações nem delongas, joguem e cupidem das grandes concentrações de capitais ou de terras e transformem a legislação laboral e social numa arma eficiente ao serviço do Povo. A luta contra a sabotagem económica, o controle efectivo e decisivo da banca, o controle das grandes indústrias nacionais, do comércio externo, dos preços, a reorganização da agricultura, etc., exigem medidas de legislação e de acção que não se possam fazer com meras medidas de superfície, e pretendo da impossibilidade de «reformas de fundo»: e exigem, principalmente, uma consciência actuante inconspicua com a escuridão burocrática e o neutralismo fidei de certa burocracia-estrutura (hoje disposta a «trabalhar com a revolução como antes disposta a trabalhar com o velho regime...»).

## Dois poderes constituintes e reacções

Segundo estudos normalmente bem informados, tão ou mais importante do que o projecto referido seria um segundo projecto de lei constitucional, que viria prorrogar o Poder Constituinte do Conselho de Estado durante o período de 3 meses de actividade da Assembleia Nacional Constituinte. Enquanto esta prepararia o texto da Constituição, o Conselho de Estado poderia adoptar medidas constitucionais de emergência.

Haveria dois poderes constituintes — um de acção imediata, e outro a prazo — durante uma fase transitória de 3 meses (ou de 6, se a Constituinte prorrogasse a sua actividade). Este projecto poderia ser mesmo examinado pelo Conselho de Estado antes do anterior.

### Reacções

A possibilidade da assunção de competência legislativa por parte da Junta de Salvação Nacional mereceu já — que conhecemos — dois comentários críticos públicos.

Um foi o do secretário-geral do PPD, Francisco Sá Carneiro, em discurso proferido no comício daquele partido em Aveiro, há uma semana:

«Não reconhecemos sempre o lugar histórico que o MFA já ocupa e o papel fundamental que continuará a ter na sociedade portuguesa.

Aberto hoje a todas as Forças Armadas e com elas tendendo a identificar-se, o Movimento dos Capitães, que nos abriu a possibilidade da democracia e da liberdade, vigiará para que o caminho nos não seja cortado ou imposto insuperável regresso ao passado.

Mas a vigilância democrática das F.A. não pode confundir-se com governo militar seja qual for a sua forma.

E tivemos um Governo Militar sempre que os assuntos civis sejam decididos pelas autoridades militares ou sempre que lhe sejam conferidos poderes legislativos para matérias civis.

Se, por hipótese, a Junta de Salvação Nacional ou ao Conselho Superior das Forças Armadas fosse atribuída a faculdade de legislar sobre matérias sociais, administrativas, económicas ou outras, o Governo ver-se-ia despojado dos seus poderes e seríamos uma Junta Militar Governativa.

Com isso se daria um profundo golpe na preparação da democracia.

Sempre que há concentração de poderes abre-se a porta ao autoritarismo, precursor da ditadura, aniquiladora das liberdades.

A outra reacção traduziu-se num artigo de fundo de José Magalhães Godinho (figura grã do Partido Socialista), publicado no ves-

perário «República», do passado dia 5:

«De acordo com o Programa do Movimento das Forças Armadas, lei constitucional, instituindo a legalidade revolucionária, a Junta de Salvação Nacional não pode já

exercer o poder político, logo não pode governar, não pode legislar sobre a política da Nação, pois que esse exercício explicitamente, e sem qualquer possibilidade de interpretação diversa, só podia ser exercido até à formação, a curto prazo, do Governo Provisório. Esse poder de exercício extinguiu-se, pois, logo que entre em funções o 1.º Governo Provisório.

De acordo com o mesmo Programa, que é lei constitucional, o Governo Provisório é civil e será composto por personalidades representativas de grupos e correntes políticas e personalidades independentes que se identifiquem com o mesmo Programa. É evidente que isto não significa que no Governo Provisório não possam estar militares, mas o que significa é que

eles actuam civilmente, isto é, não podem impor uma supremacia do poder militar sobre o poder civil. Ainda de harmonia com o mesmo

Programa, que é lei constitucional, logo que eleita pela Nação a Assembleia Legislativa e o novo Presidente da República, é diluída a Junta de Salvação Nacional e a acção das Forças Armadas será restringida à sua missão específica de defesa da soberania nacional.

## Institucionalização do MFA

Embora paralela ao problema da «institucionalização do MFA», a questão da legislação revolucionária não se confunde com ele.

Até porque a institucionalização (que também tem sido debatida em múltiplas instâncias militares) se projecta em dois outros planos: a) o plano de elaboração da futura Constituição e do estabelecimento do (ou órgãos) em que, segundo ela, participarão representantes do MFA;

b) o plano de democraticidade interna do próprio MFA, de modo a permitir a permanente ligação das cúpulas às bases, e a audição destas como meio de legitimação relativamente às questões fundamentais postas à consideração do MFA.

A estrutura existente, tendo por cúpula máxima, o chamado Conselho dos 20 (Conselho Superior do MFA) terá, pois, de ser reequacionada, em termos de se apurar por quanto tempo e como permanecerá a intervenção do MFA no poder constituído. E até de que forma o MFA intervirá na futura nova Constituição.

Mas, os dois projectos de lei referidos são lógicos (e cronologicamente) anteriores a esta questão. Admite-se até que possam vir a ser debatidos, em breve, pelo Conselho de Estado. (Se é que o são foram já na sua sessão de ontem...).

Eles colocam as diversas forças políticas portuguesas perante uma alteração radical do «pacto de governo» celebrado em Maio de 74 e que está na base da coligação tripartida. O que sucede é saída de uma crise política intransigente particularmente virulenta, e quando ficou viável já que a aceitação da necessidade da unidade das Forças Armadas é um denominador comum a todas as entidades democráticas, máxime as que, integram o Governo Provisório.

Mas, é a própria unidade das Forças Armadas, prevista desde a primeira hora no Programa do MFA, que tem postulado o respeito estrito de uma separação de poderes e da participação dos partidos no poder, o que tem significado que, entre nós, os jovens oficiais do 25 de Abril não quiseram uma ditadura militar.

Será que a sugestão (duradoura?) de um regime de concentração de poderes numa «elite militar», para além de alterar substancialmente o equilíbrio de poderes, vem reforçar a unidade das Forças Armadas, e sobretudo é um instrumento de construção de uma democracia em Portugal?

Esta a questão que muitos portugueses, preocupadamente, se põem antes mesmo de pesquisar nas próximas eleições para a Assembleia Nacional Constituinte. Até porque dela depende a maior ou menor extensão dos poderes efectivos daquela Assembleia. (Ver editorial pág. 10)

# Legião Portuguesa: o espelho de um regime



CONSIDERADA frequentemente, ao longo dos últimos anos, como uma mera sobrevivência fóssil do regime fascista, já sem intervenção activa como organização repressiva na vida política do país — que teria passado a ser centralizada apenas em torno da PIDE/DGS — a Legião Portuguesa era olhada por muitos como um símbolo do passado, que o regime se limitaria a conservar como simples imagem de aparelho institucional que, mesmo inoperante, convinha manter. No entanto, para além dos aspectos anedóticos que porventura apresentam algumas das suas actuações, a L.P., mesmo no últimos anos, estava longe de ser uma simples reliquia dos «tempos heróicos» do salazarismo. E isso o que efectivamente provam os

documentos coligados neste «dossier», como peças significativas que são — entre um sem número de outras — para uma história da Legião, que constitui, a final, e de forma particularmente expressiva, um reflexo da própria história da Legião, que das diferentes fases históricas que o marcaram.

Com efeito, se são do conhecimento comum as razões que motivaram a criação da L. P., em plena guerra de Espanha, como organização para-militar de «defesa» contra o «inimigo externo» e da «ameaça comunista», em apoio militante do fascismo franquista, o que já praticamente se desconhecia era que, em 1967, a Legião sofre uma reestruturação profunda que vem «atualizar», em termos institucionais e orgânicos, a sua actividade e funcionamento, de acordo com as novas realidades históricas. E precisamente em função dessa reestruturação do seu

aparelho que se pode falar de um paralelismo entre a L. P. e o PIDE/D.G.S., enquanto serviços de «informação» sobre actividades «subversivas» e de actuação contra os inimigos do regime. Nesse plano, pode dizer-se que a rede de «informadores» da Legião — colocados em empresas, organismos oficiais, locais de trabalho e nas próprias escolas — completava a «rede», evidentemente mais vasta e actuante, controlada directamente pela policia politica. Policia politica que a Legião não era, a nível de atribuições, mas cujo

«serviço» evidentemente cobria e apoiava, através dos mais diversos canais, como o documentam os organigramas que inserimos neste breve «dossier».



### Duas épocas

O período propriamente «militar» da actividade da L. P. prolonga-se desde a sua criação até ao fim da grande guerra de 39/45. Mas durante a década de 50, vamos encontrar os legionários funcionando ainda como «corpo militar»,

em colaboração com forças do exército. Só que a «guerra-fria» já não oferecia as mesmas motivações de mobilização que o período anterior fornecera, particularmente no domínio da «defesa civil do território». E é a partir de então que se começa a assistir ao envelhecimento dos quadros, à estabilização nas adesões e à consequente cristalização da organização. Com efeito, o «período heróico» havia terminado — como terminara também o período heróico do fascismo, circunscrito agora à área ibérica.

Casa Habitada L.P. 024

Matriz 13 de Outubro de 1971

Curso Engenharia Farmacia

Instituto Superior de Engenharia de Lisboa



Formularios de identificação pessoal e profissional, incluindo nome, data de nascimento, e estado civil.

Excmo. Senhor, Doutor, tenho a honra de agradecer a recepção do offico de V. Exa. Para 1566/70 e 1051/70, com datado de 13 de Outubro de 1971, e a minha melhor vontade, uma verificacao da sua legitimidade e a emissão de recomendação de V. Exa. ...

Com a minha mais elevada estima, me subscrevo

Atenciosamente

Assinatura manuscrita do Sr. João Francisco Pereira

Ref.: Senhor

Salvo de escrito de Justica e de sua remessa em que V. Exa. resolveu todos os problemas relativos que se põem à via de regresso e enviados para escripta que visto solicitar a obediencia de vossa V. Exa. ...

Com a de que se o edificio for de novo e directamente da mão de V. Exa. a entrega será o resultado de laborioso de vossa as partes a considero.

Agradeco a V. Exa. as melhores recomendações.

O Chefe de Serviço

Assinatura manuscrita do chefe de serviço

Dr. João Francisco Pereira



Paga 917

Atenção: Regulamento de Exatidão

O Licenciado a Qui. João Francisco Pereira

delegado de polícia, verificando qual o procedimento de Comissaria Municipal, se houve alguma alteração que tivesse sido praticada nos locais em questão...

Reporte de 21 de Junho de 1971, sobre os trabalhos de fiscalização efectuada nos locais em questão...

Os trabalhos que a respeito de vossa Exa. foram realizados nos locais em questão...

Nota: V. Exa. a quem se refere o Sr. João Francisco Pereira

Assinatura manuscrita



Assinatura manuscrita

A LP infiltra-se nos locais de trabalho por métodos bastante semelhantes ao caso que apresentamos. Note-se, porém, que neste caso concreto as diligências da LP foram infrutíferas o que nem sempre sucede. Sublinhe-se, contudo, do relatório assinado por 024 na fábrica em questão a LP conseguiu infiltrar 4 legionários o que considerava como insuficiente.

19

3



Com vista à preparação militar dos legionários, efectuavam-se actividades diversas como ginástica, treinos de defesa pessoal, de luta, de manuseamento de armas e de tiro ou ainda de guerrilha. Sintoma típico da «metamorfose» da L.P.; em fins da década de 60 e princípios de 70 estas actividades tinham praticamente desaparecido. Entretanto, o processo de reconversão da organização que se tinha vindo a desenvolver empiricamente, a partir dos anos 50, irá ser consagrado — pela reestruturação orgânica da L.P. já em fins da década de 60, com base na experiência anterior mas visando superar, através de uma racionalização e coordenação organizativa, os aspectos empíricos dessa experiência. Da luta inicial contra o «inimigo externo» — encarada especialmente em termos militares — passa-se à luta contra a «subversão» interna, através das várias frentes abertas pelo movimento político de oposição ao regime: no plano sindical ou estudantil, mas ainda, entre outros, no plano da Igreja. Estrutura monolítica durante largos anos, apoiando incondicionalmente o Estado Novo — a

quem fornecia, de resto, o «substrato mítico» que o legitimava aos olhos de uma população tradicionalmente católica —, a Igreja portuguesa é abalada, sobretudo a partir dos anos 60, por um movimento de contestação cada vez mais intensa da hierarquia serventuária do regime e do próprio regime. A L.P., braço fiel da «civilização ocidental e cristã» não poderia alhear-se desta «preversão» tanto mais perigosa quanto é certo que minava um corpo tradicionalmente identificado com a própria ideologia do Estado Novo.

Por outro lado, é significativo que as áreas de maior implantação da L.P. se situassem na zona norte do país, para além de centros urbanos onde evidentemente a sua actividade era mais intensa, como Lisboa, Porto, Coimbra, Setúbal ou Aveiro. Em contrapartida, a sul do país, e, nomeadamente, no Alentejo, a implantação da L.P. era diminuta. Sociologicamente, a L.P. penetrava com maior facilidade nas zonas mais conservadoras e atrasadas, marcadas, a nível rural, pela pequena propriedade. No Alentejo, por exemplo,

zona de latifúndio por excelência, onde as movimentações populares contra o fascismo reflectiam já uma fase mais avançada da luta de classes e da consciencialização política, os legionários encontravam um terreno particularmente hostil à sua penetração. O aparecimento do Partido Nacionalista no norte do país — apresentando-se expressamente como organização de reagrupamento dos antigos legionários «traídos» — constitui um sintoma significativo da forte implantação da L.P. naquela área.



## Origem de classe

Do total de 100 000 elementos registados ao longo dos anos, desde a criação da L.P., permaneciam como activos cerca de 6000. Mas o apuramento definitivo da evolução (e motivações diversas) das adesões não se encontra ainda concluído. Trata-se, de resto, de um trabalho que oferece grandes dificuldades por motivos vários — tal como espinhosa se apresenta a

organização de um processo completo que descreva exaustivamente a história da organização, fazendo luz sobre alguns aspectos importantes que ainda permanecem na obscuridade. Um desses aspectos será, por exemplo, a actividade desenvolvida pela 3.ª secção (organigrama 1), dedicada N.A.T.O..

Finalmente, a origem de classe dos legionários aparece também como extremamente significativa. Assim, enquanto os chefes principais eram oriundos, geralmente, das classes dominantes, já os legionários comuns pertenciam em larga escala às camadas mais exploradas, a partir da pequena burguesia e integrando até elementos do «lumpen». O que, de resto, constitui um paralelo das organizações fascistas e nazis clássicas, em que a manipulação de largos extractos das classes desfavorecidas foi intensamente exercida pelas camadas exploradoras, jogando para o efeito com condições objectivas de crise social e política muito profunda e com motivações subjectivas apoiadas por um vastíssimo aparelho de propaganda demagógica.

Continua pág. 19



Brasília, 12 de Outubro de 1960

12 000

*Est. Supremacia  
e para a eleição  
Colaboração de  
Lima de 1960  
para a eleição*

*1960  
Atuação  
do Serviço  
Eleitoral  
em  
Brasília  
em  
1960*

*1960  
12 000*

Defero V. E. B. que através a entrega de boletins  
Forma Faltas por este Serviço de atendimento a parte de 1960, várias  
cédulas plantadas na parede, no telão, estradas de Pádua - Bahia e  
estrada de Lutas - Bahia.

Para também qualificar os nomes de Pedro Escobar  
Ribeiro Nascimento que utilizaram sua identidade para campanha eleitoral  
no Jornal "Notícias de Brasília".

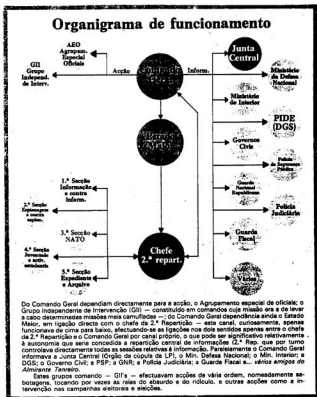
Por também decrete-se no âmbito de prestação de  
serviços pertencente a um elemento de serviço, que tem utilizado a que  
se para identificação de propaganda, proibida eleitoral que a Partido  
Liberar.

Outras ações serão feitas para manter a integridade de serviço.

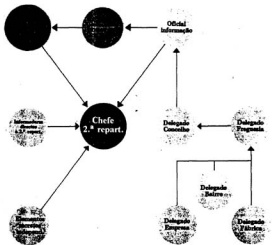
Com as suas melhores saudações

12 000

Como se pode ver esta foi uma das pequenas ações de sabotagem efectuadas pelo LP durante o período eleitoral. Contudo, a Legião não se limitava a estas "pequenas" actividades; durante as últimas eleições a LP, conluída com os presidentes das mesas eleitorais, falsificou centenas de certidões de nascimento (que estavam no canto superior esquerdo com um vinco de agrafe) a fim de que as suas equipas móveis pudessem votar em vários locais utilizando identidades diferentes. Para essa votação serviam-se de alguns carros que iam de local em local transportando os elementos que apresentavam as suas certidões devidamente assinadas, aos presidentes das mesas, votando nas listas da ANP, como lhes era superiormente determinado.



### Organigrama da rede de informações



O Serviço de Informação da LP visava fundamentalmente tomar conhecimento "a nível nacional do panorama social, político e económico, bem como conhecer os inimigos do Estado Novo, onde se encontravam, forma de acção e seus contactos; defender os valores morais da Nação, que os inimigos do Estado Novo procuram subverter e destruir"; "reprimir toda e qualquer acção perniciosa que conduza ao descrédito do regime"; "neutralizar as informações divulgadas pelos adversários do Estado Novo, por todos os meios ao alcance da LP"; e finalmente "montar o activar o Serviço de Segurança que permitisse proteger todas as acções que visassem atingir os objectivos acima descritos". Neste sentido a LP criou os Serviços de Propaganda e Acção Psicológica (Contre-Informação).

É curioso notar, neste organigrama, a ligação entre os Of's e o chefe de 2.ª Rep. Os Of's enviavam directamente ao chefe de 2.ª Rep as informações dando deles conhecimento ao Comandante Distrital o qual se limitava a apor o seu visto e a delas tomar conhecimento, elaborando posteriormente um comunicado periódico de informações ao Estado Maior, sendo consequentemente o chefe de 2.ª Rep, quem monopolizava a informação directamente, como se pode ver, a ligação Of - 2.ª Rep., curto circuitava o canal uma vez que o Of ligava directamente à esta Repetição e apenas enviava os seus relatórios à instância que lhe é superior para conhecimento, por seu turno o chefe de 2.ª Rep., como se verifica no diagrama n.º 1 comunicava directamente com o Comandante Geral curto circuitando o Estado Maior que acabava por receber as informações sobre a forma de um relatório periódico Assim as informações para acção eram canalizadas directamente para os respectivos destinatários fugindo totalmente ao controle do EM, uma vez que como se verificou estes grupos de acção ligavam directamente ao com. Distrital.

Neste esquema representava papel relevante o Of que recebia através do Delegado de Conselho as informações vindas das instâncias inferiores. Estes Of's recebendo informações pelas vias oficiais ou por outros elementos da que eventualmente dispuzesse (diapuzha) compulvavam-nas, filtravam-nas e elaboravam relatórios semanais, mensais e em determinados casos (coincidente a prioridades que fosse conferida à informação) diários. Os meios utilizados para satisfazer a rapidez da informação, para além do telefone e do correio era ainda a comunicação rádio servindo-se do Serviço de Transmissões de Alerta, criado inicialmente para satisfazer quaisquer necessidades relativas a uma defesa civil do território, objectivos que acabaram por ser desvirtuados servindo como garante de uma ligação rápida entre os Of's e a 2.ª Rep.

Além destas vias chegavam ainda à Rep. informações de elementos trabalhando directamente ligados à directoria que recebiam em alguns casos pequenas remunerações.

# Como funcionavam os serviços de informação da Legião Portuguesa

DURANTE o seu período inicial, isto é até meados de 1967, a Legião Portuguesa funcionou essencialmente orientada para um eventual inimigo externo bem como resposta a eventuais actividades de luta na rearguarda.

Organizava-se em quatro secções dependentes do Director dos Serviços de Informação e visando fundamentalmente:

Secção A — informação sobre o inimigo

Secção B — Contra-informações e propaganda

Secção C — Informações (medidas a tomar) em vista a futuras actividades de luta na rearguarda

Secção D — Serviços técnicos, gráficos e de transmissões

Ao DSI ligava-se, além dos vários legionários, um OI (Oficial de Informações) que representava aquele Serviço nos Comandos distritais (CD's): Batalhões; Unidades independentes, etc...

O DSI trabalhava, julgando conveniente, com os informadores directos e em sobreposição com os OI's das Unidades. Periodicamente na DSI funcionavam cursos para os OI's, conferências, bem como cursos de guerrilha e criptografia.

Recorde-se que a Aginter Press esteve ligada a um destes cursos simulando, como tese final, um rapto e um homicídio.

Os OI's eram obrigados a elaborar periodicamente um relatório com base nas informações dos seus in-

formadores.

Com a evolução da situação política portuguesa e o desenvolvimento das actividades sindicais e estudantis surgiu a necessidade de adaptar estes serviços ao contexto nacional.

Assim, o Ministério da Defesa Nacional, o Ministério do Interior e a Junta Central da LP aprovam em 1967 uma reorganização dos Serviços de Informação dentro da nova perspectiva de controle interno.

Só a 29 de Outubro de 1970 se chega a uma conclusão definitiva acerca da nova estrutura da 2.ª Repartição (Informações) embora oficialmente ela fosse considerada a partir de 1 de Maio de 1967.

As quatro secções são então substituídas por outras e acrescidas de mais uma, ficando as competências distribuídas do seguinte modo:

1.ª Secção — Informações

2.ª Secção — Espionagem e contra-espionagem

3.ª Secção — NATO

4.ª Secção — Juventude e actividade estudantil

5.ª Secção — Expediente e Arquivo

A secção mais desenvolvida e mais activa era a 4.ª Secção, juventude e actividade estudantil à qual a LP conferiu grande interesse, tendo um serviço bastante activo nesse campo, sobretudo no Ensino Médio e Superior.